



GABRIELA SIMONE HARNISCH

**O PROCESSO DE ENSINO DO JUDÔ PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física

GABRIELA SIMONE HARNISCH

**O PROCESSO DE ENSINO DO JUDÔ PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação Física na área de Atividade Física Adaptada.

Orientador: Dr. José Júlio Gavião de Almeida

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA GABRIELA SIMONE HARNISCH, E ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ JÚLIO GAVIÃO DE ALMEIDA

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto - CRB 8/4991

H229p Harnisch, Gabriela Simone, 1991-
O processo de ensino do judô para pessoas com deficiência visual / Gabriela Simone Harnisch. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: José Júlio Gavião de Almeida.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Judô. 2. Deficientes visuais. 3. Ensino. I. Almeida, José Júlio Gavião de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The process of teaching judo for visually impaired people

Palavras-chave em inglês:

Judo

Visually impaired

Teaching

Área de concentração: Atividade Física Adaptada

Titulação: Mestra em Educação Física

Banca examinadora:

José Júlio Gavião de Almeida [Orientador]

Edison Duarte

Valber Lazaro Nazareth

Data de defesa: 28-11-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

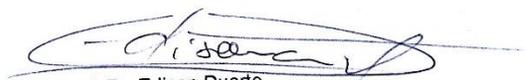
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida
Orientador



Prof. Dr. Valber Lazaro Nazareth
Membro Titular



Prof. Dr. Edison Duarte
Membro Titular

HARNISCH, Gabriela Simone. **O processo de ensino do judô para pessoas com deficiência visual**. 2014. 64f. Mestrado em Educação Física. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2014.

RESUMO

O judô envolvendo pessoas com deficiência visual é uma modalidade paralímpica que envolve poucas adaptações em relação às regras, apenas aplicam-se algumas para garantir a prática de forma segura aos praticantes. Porém, encontram-se algumas diferenças em relação ao judô convencional no que tange o processo de ensino e aprendizagem, e neste sentido, o objetivo do presente estudo foi de verificar as práticas pedagógicas utilizadas por professores no processo de ensino e aprendizagem do judô para pessoas com deficiência visual. Para tanto, o estudo caracterizou-se como um survey, tendo como instrumento para coleta de dados um questionário elaborado, testado e aplicado pelos pesquisadores. A amostra foi composta por 14 professores e/ou técnicos dos atletas participantes da I Etapa do Grand Prix Infraero de Judô para cegos, realizada no dia 26 de abril, na cidade de São Paulo, sendo que todos os professores possuem graduação em Educação Física, sendo que 3, dentre os 14 professores, relataram trabalhar apenas com alunos com deficiência. Quanto aos métodos de ensino, 11 professores afirmaram que tentam inicialmente trabalhar de forma verbal, de forma a estimular a verbalização, e posteriormente, pautam-se no tato. Outros 3 professores utilizam-se somente do tato. Os demais professores utilizam-se da tutoria. A metade dos professores apresentou em seu discurso a preocupação em conhecer os seus alunos, identificando os estágios de desenvolvimento motor que se encontram, para que a partir de então possam elaborar as suas aulas. Assim, percebeu-se que os professores, em sua maioria, preocupam-se com o desenvolvimento global de seus alunos com deficiência, utilizando-se de métodos de ensino que propiciem maior estimulação, partindo do conhecimento já existente e das vivências motoras já experimentadas; mas, muitos professores ainda não se atentaram a isso. Espera-se que, com o presente estudo, seja possível auxiliar e subsidiar a elaboração das práticas pedagógicas de professores que almejam ensinar o judô à pessoas com deficiência visual.

Palavras Chave: Esporte para pessoas com deficiência; Artes Marciais; Ensino.

HARNISCH, Gabriela Simone. **The process of teaching judo for visually impaired people.** 2014. 64f. Master Degree in Physical Education. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2014.

ABSTRACT

Judo involving visually impaired peoples is a Paralympic modality that involves few adaptations concerning to the rules, only some are applied to assure the security to the practitioner. Yet there are some differences regarding to conventional judo referring to the teaching and learning process, and in this sense the aim of this study was to verify the pedagogical practices used by the teachers in judo teaching and learning process for visually impaired people. Thus, the study characterized itself as a survey having as a data-collecting tool a questionnaire that was elaborated, tested and applied by the researchers. The sample was composed by 14 teachers and/or coaches whose athletes were taking part at the I Stage of Judo for Blind People Infraero Grand Prix realized on 2014, April 14th in São Paulo. All the teachers are graduated in Physical Education and 3 out of 14 work only with disabled people. Concerning to the teaching methods, 11 teachers alleged that they first try to work verbally and then using the touch; the other 3 teachers use only the touch. Half of the teachers presented in their speech the preoccupation in knowing their students and identifying their motor developing stage so that they can elaborate their classes. So, we could realize that most of the teachers are worried about the global development of their disabled students using teaching methods that propitiates a better stimulation starting from the knowledge they already have and the motor experiences already experimented although many teachers hadn't attempted to it. We expect that with the present study it will be possible to help and subsidize the preparation of the pedagogical practices of the teachers that want to teach judo for visually impaired people.

Key words: Sport for disabled people; martial arts; teaching

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Objetivo Geral.....	6
1.1.1 Objetivos Específicos.....	7
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	9
2.1 O judô.....	9
2.2 Judô Paralímpico.....	10
2.2.1 Adaptações às regras.....	12
2.1.2 Organização do Judô Paralímpico no Brasil e no mundo.....	18
2.3 A deficiência visual.....	19
2.4 O processo de ensino do judô à pessoas com deficiência visual.....	21
3 MÉTODO.....	27
3.1 Caracterização da pesquisa.....	27
3.2 Instrumento para coleta de dados.....	27
3.3 População e amostra.....	28
3.4 Procedimentos para coleta de dados.....	30
3.5 Análise dos dados.....	30
3.6 Considerações éticas.....	31
4 RESULTADOS.....	33
4.1 Todos os grupos.....	33
4.2 Grupo A.....	34
4.3 Grupo B.....	35
4.4 Grupo C.....	36
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
5.1 Professores.....	39
5.2 Cenário.....	40
5.3 Modalidade.....	42
5.4 Participantes.....	44
6 CONCLUSÃO.....	47
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
APÊNDICES.....	55
Apêndice I - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	56
Apêndice II – Carta de apresentação para CBDV.....	58
Apêndice III – Instrumento para coleta de dados.....	59
ANEXOS.....	61
Anexo I – Parecer cosubstânciado do CEP.....	62

À minha querida e amada
família: mamãe, papai e Rafael.

AGRADECIMENTOS

Ao final desse árduo percurso, tecer alguns agradecimentos requer não somente digitar algumas palavras sobre aqueles que contribuíram diretamente para que esse trabalho fosse concluído, mas também para aqueles que me deram suporte, em todos os sentidos para que eu tivesse fôlego na conclusão dessa etapa.

Inicialmente, agradeço a Deus, por me acompanhar e me abençoar, me conduzindo para que eu sempre pudesse tomar as melhores atitudes, frente às decisões que precisei tomar.

À minha querida e maravilhosa família: meu pai Carlos, minha mãe Iria e meu irmão Rafael. À vocês, a minha eterna gratidão, amor e carinho. Agradeço por estarem sempre comigo e nunca me deixarem desamparada, mesmo que de longe, onde eu nunca deixei de sentir o amor de vocês para comigo. Eu amo muito vocês, meus amores.

Ao meu querido amigo, companheiro, amor e por último (mas não menos importante), namorado Vagner, por compreender a minha ausência, e estar sempre comigo. Muito obrigada por estar sempre comigo, amor da minha vida.

Às pessoas que me acolheram e me receberam aqui, compartilhando comigo os seus dias, alegrias, tristezas, sabedoria, a casa, o quarto... enfim, a nova vida: Aline, Jalusa, Mariana, Mariane, Priscila e Fernando (Paraná).

Não poderia deixar de agradecer aos irmãozinhos que compõem a família Gavião de Almeida: Bruna, Romana, Ortega, Maicon (Choco) e Dieguinho. Ainda, agradeço aos demais colegas e amigos que estiveram comigo, mesmo que de forma menos intensa, durante todo o mestrado.

Aos professores que me ajudaram: Professor Douglas, que me impulsionou para a área acadêmica e muito me ensinou. Mas, principalmente ao meu orientador: Prof. Gavião, que de maneira muito simples me aceitou, acolheu e me oportunizou viver essa maravilhosa vida acadêmica. Muito obrigada por tudo, chefe.

Aos professores Edison e Valber, que destinaram atenção e com tanto carinho contribuíram com este trabalho. Ao pessoal da FEF, pela receptividade.

Ainda, agradeço à CBDV por oportunizar a minha coleta de dados, aos atletas e comissão técnica do Judô paraolímpico, principalmente ao Professor Jaime, pela oportunidade em vivenciar e conhecer mais a modalidade. Também, aos personagens desta pesquisa: os professores de Judô Paralímpico no Brasil.

E por fim, à Faculdade de Educação Física da UNICAMP e ao CNPq por financiar a presente pesquisa, bem como às vivências acadêmicas desse período.

Muito obrigada à todos vocês!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pessoas com Deficiência Visual no Brasil.....	19
Figura 4 – Localização geográfica dos participantes.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mecanismos de informação.....	25
Quadro 2 – Caracterização dos participantes.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DV – Deficiência Visual

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro

IBSA – Internacional Blind Sports Federation

CBDV – Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais

FIJ – Internacional Judô Federation

LogMAR – Logaritmo do Ângulo Mínimo da Resolução

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

APRESENTAÇÃO

Quando eu era pequena (menor do que eu sou hoje), meus pais sempre me incentivavam muito na realização de atividades diversificadas, então, fiz aula de teatro por muito tempo, teclado, flauta, futebol, handebol, dança, alemão, inglês, espanhol...

Mas eu sempre desistia. Eu sempre encontrava um motivo maior, uma atividade mais interessante para substituir a que já não me trazia mais interesse. Nas atividades esportivas eu percebia que sempre era a última a ser escolhida, o que me chateava.

Com tudo isso, tive vários sonhos: quis ser jornalista como a Fátima Bernardes, que tão bonito se expressava; quis cursar artes cênicas, e eu contava para todos o que faria, seria atriz, já havia até pesquisado várias universidades para cursar artes cênicas.

Um certo dia, quando eu estava na escola, passou um professor, convidando os alunos para participarem do “Projeto Futuro do Judô. Quando eu cheguei em casa, comentei com o meu pai, e ele apenas me disse: vai.

Então, iniciou-se uma longa trajetória. Fui na primeira aula, no dia que constava no bilhete que ganhei na escola e gostei. Ganhei um *kimono*, e o tempo foi passando, fui promovida à faixa cinza, depois azul. Mas eu não sei se eu gostava muito das aulas, ou se eu ia porque todas as minhas amigas também iam. Depois de um tempo, minhas amigas desistiram, e eu não tive vontade de parar. Então, fui convidada a treinar em outro lugar à noite, junto com os adultos, mas eu tinha apenas 14 anos.

A partir de então eu me descobri encantada e apaixonada por esse maravilhoso esporte. Um esporte que não trouxe apenas medalhas, mas me trouxe lições de vida, de caráter, além de muitos amigos e um ótimo professor: o Sensei Junior.

Continuei treinando, graduando. Quando eu me tornei faixa roxa, o Sensei Junior me convidou para ajudá-lo nas aulas com as crianças, pois além de que ele estava precisando de alguém, seria importante pra mim mais essa vivência no esporte.

No começo, eu não dava muita importância, fiquei até meio chateada porque eu ficava cansada para o treino à noite. Com o passar do tempo, comecei a gostar. Passei a pensar mais sobre o ensino, porque as crianças não me compreendiam tão bem quanto o Sensei Junior, e estas coisas foram me angustiando.

Com isso, o meu sonho de ser igual a Fátima Bernardes desmoronou. O sonho de usar blazer, terno e salto alto para trabalhar, foi substituído por *kimonos*. Agora, eu queria ser professora de Judô, e me graduar em Educação Física.

Passei no vestibular na primeira tentativa. Assim, comecei a graduação. Conheci um mundo totalmente desconhecido até então, pessoas diferentes e de vários lugares, festas, e percebi que eu poderia até faltar na aula quando eu quisesse. Logo no início da graduação, fui convidada pelo Sensei Edilson a ser monitora do mesmo projeto em que eu comecei a praticar a modalidade: Projeto Futuro do Judô. Lá, passei os dois primeiros anos, ministrei muitas aulas, totalizando quase mil horas em cada um dos anos, sendo promovida à faixa preta de judô, a tão sonhada graduação.

No terceiro ano da faculdade, passei no processo seletivo para ir para o Projeto Rondon, juntamente com um grupo multidisciplinar de acadêmicos, e duas professoras. Lá, passamos 15 dias em Porto da Folha – SE, ministrei aulas de dança, defesa pessoal, atividades lúdicas e recreação. Mas o melhor de tudo, foi que eu percebi que não poderia mais ficar restrita ao Judô, já que a Educação Física é tão ampla. Ainda no terceiro ano da graduação, recordo-me que um professor me chamou e disse: “Gaby, a Educação Física não é só Judô”

Dias depois, o novo professor da faculdade na época, Professor Douglas convidou os alunos para auxiliá-lo nas suas atividades de extensão, que envolviam atividades físicas voltadas à pessoas com deficiência. Eu, com a intenção de ganhar mais um tijolo no céu, comecei a auxiliar nas aulas, mas sem muito envolvimento.

Nas atividades aquáticas em que eu auxiliava, comecei a me envolver. De cara, recebi um aluno chamado Gustavo, que tinha Deficiência Visual. Com o Gustavo passei a precisar pesquisar e estudar mais para conseguir lhe proporcionar conhecimento. Então, o Professor Douglas me convidou para participar também do grupo de estudos. Com isso descobri que eu tinha duas paixões: o judô e a adaptada.

Passei a ter um envolvimento menor no projeto de Judô, maior no de adaptada e no grupo de estudos. No grupo, o professor me ensinou a pesquisar, a escrever resumos, artigos, a apresentar trabalhos, a importância de ir para congressos; e ele sempre comentava sobre pós graduação em nível de mestrado e doutorado.

Noutro dia, o Professor Douglas, que sempre me ouvia falando do Judô, me perguntou: “Gaby, porque você não convida o Gustavo pra fazer aulas de Judô?” então, pensei sobre o assunto, e aceitei o desafio.

Na primeira aula, disse para o Gustavo ir em um horário juntamente com mais 25 crianças da mesma idade que a sua, que não possuíam deficiência. Mas, eu preciso desabafar: o Gustavo não me obedecia. Enquanto todos os alunos realizavam as atividades que eu propunha, ele estava “destruindo” o tatame. Ele levantava todas as peças, me fazia mil perguntas, saía do tatame, voltava, tirava o kimono. Então, minhas angústias se tornaram muito grandes. Comecei a me sentir impotente frente aos problemas que eu tinha.

Com isso, conversei com o professor Douglas, e ele sugeriu que eu pesquisasse. Buscasse artigos e informações sobre o ensino do Judô às pessoas com Deficiência Visual. Foi o que eu fiz, porém, não obtive sucesso. Então, fiz buscas relacionadas ao ensino para a pessoa com Deficiência Visual e assim comecei a melhorar as minhas aulas e entender porque o Gustavo não queria fazer as atividades que eu preparava.

Várias aulas depois, com mais conhecimento, o Gustavo começou a fazer as atividades juntamente com os colegas. Ele realizava as atividades, brincava, sorria. Foi para a sua primeira competição e ganhou uma medalha. Assim, percebi que o trabalho que eu e os demais monitores realizávamos estava dando certo.

Com isso, fiz o meu trabalho de conclusão de curso com essa temática, tendo como título: a percepção de crianças praticantes de judô em relação ao colega com deficiência visual.

Então, impulsionada pelo Professor Douglas decidi que precisava pesquisar e escrever sobre o assunto, tornando-se esse o objetivo do meu projeto de mestrado: verificar o processo de ensino do Judô para pessoas com deficiência visual.

O professor Douglas me apresentou duas universidades, sendo primeiramente a UFSCar, e depois a UNICAMP. O meu encanto com a UNICAMP foi imediato. Assim, comecei uma árdua jornada. Vim pra UNICAMP, juntamente com a fiel parceira Jalusa (que até hoje me acompanha) para conhecer o tão famoso Prof. Gavião. Obviamente que com esse nome, só poderia ser um professor com cara de bravo, roupa social, e muito sério. Porém, foi totalmente ao contrário. As primeiras coisas que ele fez

quando eu me apresentei foi me dar boas vindas, e me oferecer um doce. Então, eu pensei: “é aqui mesmo que eu quero ficar”.

Ele leu com muita atenção o meu projeto, me deu muitas sugestões e pediu que eu corrigisse e mandasse novamente por e-mail. Acreditem, eu mandei, ele leu, corrigiu e me respondeu. Quando vi seu nome na caixa de entrada do meu e-mail quase chorei. Assim, participei do processo seletivo de mestrado, fui aprovada, e me encantei com a Universidade e todas as coisas que ela me proporcionou nesses quase dois anos.

Tive que tomar decisões muitos cruéis para uma menina de apenas 21 anos de idade, que sempre esteve amparada de perto pela família: morar longe, em uma nova cidade, com pessoas desconhecidas; mas, eu vim. Pois, como eu sempre digo: a vida é feita de escolhas, e eu escolhi estar aqui.

Quando cheguei na UNICAMP, coloquei como meta, além de concluir o mestrado, de aproveitar ao máximo todas as oportunidades que eu tivesse e vivenciar o maior número de coisas que eu conseguisse. Assim, comecei essa trajetória. Conheci a seleção paralímpica de Judô, acompanhei algumas fases de treinamento, arbitrei uma competição paralímpica. Tornei-me árbitra nacional de Judô.

Ainda, acompanhei e auxiliei na organização das disciplinas de lutas e esporte adaptado durante os dois anos que aqui estive. Dei aulas nessas disciplinas, em cursos de pós graduação, palestras. Auxiliei na elaboração do programa de capacitação de professores de atividade motora adaptada da prefeitura municipal de Campinas.

Fui a vários congressos, assisti à muitas palestras e cursos. Auxiliei na organização do I Colóquio de Lutas, artes marciais e esportes de combate da FEF/UNICAMP. Trabalhei no UPA, no Congresso de Ciências do Desporto, dentre outras.

Com tantas oportunidades e vivências, conclui que o esporte de rendimento é muito interessante, mas não o que mais me interessa para o momento. Percebi que gosto mesmo é da iniciação e da pedagogia do esporte; e muito mais do que isso, gosto de me envolver com a docência e a pesquisa. A sensação de falar, e perceber que as pessoas me escutam é indescritível, é maravilhosa.

Por fim, descobri o que eu quero ser quando crescer: eu quero ser docente universitária, atuando com a pesquisa, a extensão e a docência.

1 INTRODUÇÃO

Pessoas com Deficiência Visual (DV) representam 35.774.392 pessoas no Brasil, sendo que dentre essas, 6.562.910 pessoas declaram que em relação a visão, *não conseguem enxergar de modo algum*, ou seja, enquadram-se como pessoas com cegueira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

Na Educação Física, pessoas com DV encontram barreiras para a realização de atividades físicas e/ou esportivas, principalmente para encontrar locais que contemplem o trabalho junto à esta população. Neste sentido, o papel da Educação Física, é a integração a sociedade por meio das atividades físicas, auxiliando na convivência e a realização dos movimentos corporais (BRANCATTI, 2001).

De maneira mais específica, as atividades de caráter esportivo, em foco para a presente pesquisa, são entendidas por Munster e Almeida (2006) como uma das manifestações de atividades físicas, podendo ser compreendida como um fenômeno sociocultural de múltiplas possibilidades em que as dimensões sociais podem abranger a educação, o lazer e o rendimento, cujas principais referências são, respectivamente, a formação, a participação e o rendimento.

Dentre muitas formas de realização de atividades esportivas encontradas como possibilidades para a pessoa com DV encontra-se o judô paralímpico, que foi o primeiro esporte de origem asiática a ingressar no programa paralímpico, porém, desde a década de 1970 já praticava-se a modalidade. A estreia em paralímpicas foi em 1988, em Seul, e só lutaram homens com deficiência visual, e no ano de 2004, em Atenas, as mulheres tiveram a sua primeira participação. E como em todo o mundo, a década de 70 marcou o início do judô no Brasil (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013).

Cerqueira, Gomes e Almeida (2012, p. 165) explicam que são poucas as diferenças observadas entre o judô olímpico e paralímpico, pois existem apenas algumas adaptações que visam a segurança dos atletas. Oliveira Filho e Almeida (2005) complementam que o judô pode ser enquadrado como uma modalidade que já possui regras totalmente adequadas às características da pessoa com deficiência visual.

Portanto, para planejar uma proposta de ensino do judô para pessoas com deficiência visual, deve-se analisar quais são os fatores ambientais e limitantes do sujeito no aprendizado (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005). Neste mesmo pensar, Cerqueira, Gomes e Almeida (2012, p. 166) ressaltam que

o judô pode contribuir de forma significativa no desenvolvimento geral de seus praticantes com deficiência visual, enriquecendo o repertório motor por meio da prática corporal, proporcionando integração social e possibilitando a aquisição de importantes valores presentes na filosofia do judô.

Os autores supra citados descrevem que a pessoa com DV apresenta-se com número menor de interações e necessita de mais tempo para a aprendizagem, e então, principalmente crianças atingem os estágios de desenvolvimento, por vezes posteriormente às crianças sem deficiência visual, devido ao tipo de interação com o meio ser mais limitado (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005).

Por isso, analisar as características inerentes a pessoa com DV torna-se importante quando objetiva-se a implementação de ações de cunho pedagógico. Silva, Vital e Mello (2012, p. 52), destacam que deve haver maior atenção quanto algumas dificuldades que envolvem tal deficiência, como a “recepção e interpretação das informações, aprendizagem de esquemas motores, aprendizagem por imitação, autoavaliação e controle das ações”.

Assim, pensar no ensino do judô para pessoas com DV deve estar alicerçado por algumas diretrizes, pautadas principalmente nas características e individualidades inerentes de cada pessoa. Dessa forma, surge a pergunta norteadora para a presente pesquisa: Quais as práticas pedagógicas utilizadas por professores para o ensino do judô às pessoas com Deficiência Visual no processo de iniciação?

1.1 Objetivo Geral

Verificar as práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem do judô em pessoas com deficiência visual.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Averiguar os cenários (locais e materiais) em que o ensino acontece;
- Identificar os tratamentos atribuídos à modalidade de judô, quanto à sua tradição.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O judô

“O judô não é apenas uma arte marcial, mas um princípio básico do comportamento humano. A aplicação deste princípio na defesa contra ataques ou como educação física em randori no dojo é apenas um aspecto do judô – é um erro supor que o judô termine no dojo”

Jigoro Kano

As modalidades de luta, cada vez mais apresentam-se nos contextos esportivos, tomando maior atenção da mídia, bem como das pessoas que têm acesso às mesmas, tomando-as como possibilidades de prática. Para tanto, as mesmas podem ser conceituadas como

prática corporal imprevisível, caracterizada por determinado estado de contato, que possibilita a duas ou mais pessoas se enfrentarem numa constante troca de ações ofensivas e/ou defensivas, regida por regras, com o objetivo mútuo sobre um alvo móvel personificado no oponente (GOMES, 2008, p. 49).

Para tanto, os princípios que condicionam as lutas, segundo Gomes (2008, p.42) são: Contato Proposital, Fusão Ataque/Defesa, Imprevisibilidade, Oponente(s)/Alvo(s), Regras. Ainda, as lutas podem ser classificadas conforme o contato estabelecido durante a prática, podendo ser de contato contínuo (contato direto e ininterrupto), contato intermitente (busca-se o contato em diferentes partes do corpo), ou contato mediado (depende de implemento/arma). Assim, justifica-se a importância da compreensão destes princípios e classificações, pois, estes que tornam as lutas diferentes de outras modalidades, e ao mesmo tempo, aproximam as mesmas do contexto esportivo.

Neste sentido, o judô pode ser classificado como uma modalidade de luta, atendendo à todos os princípios condicionantes apresentados, bem como, classificada como

uma modalidade de contato contínuo, ou seja, que estabelece o contato de forma contínua e ininterrupta durante o confronto (GOMES, 2014).

Judô significa “Caminho da Suavidade”, é uma modalidade esportiva criada pelo Mestre Jigoro Kano no ano de 1882 com o princípio de “ceder para vencer”, de forma que fosse mais do que uma arte de ataque e defesa, mas sim um modo de vida (KANO, 2008).

Em sua criação, Jigoro Kano estabeleceu nove princípios norteadores para a prática do judô, os quais são descritos por Virgílio (1986):

- Conhecer-se é dominar-se, e dominar-se é triunfar;
- Quem teme perder já está vencido;
- Somente se aproxima da perfeição quem a procura com constância, sabedoria e, sobretudo, humildade;
- Quando verificares, com tristeza, que nada sabes, terás feito teu primeiro progresso no aprendizado;
- Nunca te orgulhes de haver vencido um adversário; quem venceste hoje poderá derrotar-te amanhã. A única vitória que perdura é a que se conquista sobre a própria ignorância;
- O judoca não se aperfeiçoa para lutar; luta para se aperfeiçoar;
- O judoca é o que possui inteligência para compreender aquilo que lhe ensinam e paciência para ensinar o que aprendeu aos seus companheiros;
- Saber cada dia um pouco mais, utilizando o saber para o bem, é o caminho do verdadeiro judoca;
- Praticar o judô é educar a mente a pensar com velocidade e exatidão, bem como ensinar o corpo a obedecer.

Para Kano (2008), essa luta pode ser considerada uma disciplina física, mental e social, sendo que suas lições podem ser aplicadas na vida diária, a partir do princípio que governa todas as técnicas, que qualquer que seja o objetivo, ele é mais facilmente alcançado através do uso, com máxima eficiência, da mente e do corpo, e este pode ser aplicado em todas as atividades cotidianas de seus praticantes, de forma que a partir disso levará uma vida melhor e mais racional.

Virgílio (1986) destaca que o judô proporciona a seus praticantes um sentido bem exato das coisas e da sua relatividade, uma seriedade e uma penetração de espírito acima da média, que forja o caráter e afirma a personalidade, e Mikoski (2002) complementa comentando que todo praticante de Judô deve inserir no seu coração algo tão bom, tão profundo, que possa contribuir para um mundo melhor, sem dor, sem lágrimas e sem violência.

Entende-se assim, que o judô não é só um esporte a ser praticado no tatame, mas uma “filosofia de vida” a ser seguida por seus simpatizantes, e com isso a modalidade se expandiu por todo o mundo, até que no ano de 1960 teve sua primeira participação nos Jogos Olímpicos em Roma, e no ano de 1992 em Barcelona a categoria feminina foi acrescentada no programa olímpico (Comitê Olímpico Brasileiro, 2013). Esses fatos contribuíram para que o judô fosse mais praticado, e tivesse mais pessoas interessadas em conhecer o Caminho da Suavidade.

Segundo Virgílio (1986) o judô foi desenvolvido de maneira que os valores entre corpo e mente fossem valorizados, havendo a necessidade do equilíbrio mental e físico através da disciplina, nos movimentos harmoniosos, na desvalorização do individualismo, na superação da marcialidade, na fraternidade, no desenvolvimento interior, na estética e eficiência, na superação da força, dentre outros princípios antigos da cultura oriental.

Neste sentido, o judô, em sua criação, no ano de 1882, já demonstrava os primeiros indícios que se tornaria uma modalidade em que pessoas com deficiência obteriam sucesso durante as práticas, quando ao justificar a criação da nova modalidade esportiva, o mestre Jigoro Kano afirmou que buscava “um esporte que pudesse ser praticado por todos e que, ao mesmo tempo, fosse desafiante e competitivo” (KANO, 2008, p. 25).

Dessa forma, na década de 1970 houveram os primeiros registros de que pessoas com deficiência física, intelectual e sensorial iniciaram suas práticas de judô, originando conseqüentemente o I Campeonato Mundial de Judô e Karatê para Surdos em 1979, na cidade de Tóquio, no Japão (MIARKA et. al., 2011).

Com a expansão da prática por pessoas com deficiência, houve um aumento na integração social fundamentada na aceitação da legitimidade da diferença – os próprios conceitos fundamentais do judô compilados por Jigoro Kano, “uso mais eficiente da energia” e “bem-estar e benefício mútuo” favorecem tal integração (KANO, 2005, p. 36). Isso em consequência levou a uma maior procura pela prática de judô por pessoas com deficiência, fato que pode ser ilustrado pela participação oficial em competição não-adaptada por um deficiente visual no Campeonato de Katá Senior Nacional dos Estados Unidos, em 1986 (OHLEMKAMP apud MIARKA et. al., 2011).

Ainda, conforme Ohlemkamp apud Miarka et. al. (2011), o judô envolvendo pessoas com deficiência só teve seu primeiro Mundial na década de 1970, mas ainda não estava incluído no rol de esportes paralímpicos. Diante da necessidade de organização institucional do judô realizado por pessoas com deficiência, a Federação Internacional de Esportes para Cegos (IBSA), fundada em 1981, passou a ser a responsável pelos principais eventos internacionais.

2.2 Judô Paralímpico

O judô tornou-se o primeiro esporte de origem asiática a ingressar no programa paralímpico, porém, desde a década de 70 já se praticava a modalidade. A estreia em Paralimpíadas foi em 1988, em Seul, e só lutaram os homens com deficiência visual, e no ano de 2004, em Atenas, as mulheres tiveram a sua primeira participação. Assim como em todo o mundo, a década de 70 marcou o princípio do judô no Brasil (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013).

Para tanto, regras foram estabelecidas para que exista igual condição de participação entre diferentes equipes e atletas, e estas também definem a elegibilidade das pessoas para a participação esportiva, em sua manifestação de rendimento, pensando no esporte de cunho paraolímpico (PEDRINELLI e NABEIRO, 2012).

Quanto ao Judô Paralímpico, Cerqueira, Gomes e Almeida (2012) comentam que o modelo regimental seguido é o da FIJ (Federação Internacional de Judô), órgão que rege o judô olímpico. Porém, o Comitê Paralímpico Brasileiro (2013), complementa que o

órgão que organiza a modalidade é a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), que segue a regulamentação da Federação Internacional de Esportes para Cegos (IBSA).

No judô paralímpico, não há divisão de categorias com base na classificação oftalmológica, apesar dos atletas serem submetidos a uma avaliação para que haja a identificação necessária às condições mínimas exigidas. Assim, estas são elegíveis conforme a acuidade visual que possuem, considerando o melhor olho com a melhor correção, ou seja, todos os atletas que utilizam lentes de contato ou lentes corretivas também deverão usá-las para o enquadramento nas classes. Esta classificação é explicada por meio da tabela de LogMAR¹ pela International Blind Sports Federation (2013), a qual ao ser utilizada em outras modalidades paralímpicas para pessoas com DV, pode criar uma classificação específica e divisões de categorias ou caracterizar-se como instrumento elegível ou não para sua prática em competições. Tal classificação apresenta-se a seguir:

- *B1*: atletas que apresentam a acuidade visual com LogMAR menor que 2,60;
- *B2*: atletas que apresentam a acuidade visual com o LogMAR variando entre 1,50 e 2,60 e/ou campo visual menor ou igual a 10 graus;
- *B3*: atletas que apresentam a acuidade visual com o LogMAR variando entre 1,40 e 1,0 e/ou campo visual com menor que 20 de graus;

O processo de classificação esportiva é dividido em duas etapas, sendo que, a primeira é a realização de exames oftalmológicos para a verificação da acuidade e campo visual.

Posteriormente, os atletas são submetidos a exames por classificadores internacionais, que obrigatoriamente devem ser oftalmologistas, os quais apresentam a classificação final e indicam se o atleta se enquadra, ou não, nos parâmetros da

¹ A tabela de LogMAR é usada para aferir a acuidade visual do indivíduo (AV). o termo LogMAR é derivado do logaritmo do Ângulo Mínimo da Resolução, no qual as dimensões das letras aumentam sistematicamente em progressão geométrica. O tamanho de letra de cada linha é designada como o logaritmo de base 10 da acuidade visual decimal, para que a linha 6/6 (ou 20/20) seja 0,00 LogMAR e a linha 6/60 (ou 20/200) seja 1.0 LogMAR. Nessa tabela, o espaço entre as linhas e as letras varia de forma proporcional, e a quantidade de cinco letras por linha é padronizada para uma amostragem mais consistente da acuidade entre as linhas (IBSA, 2013).

classificação funcional estabelecidos pela IBSA. Para tanto, os resultados apresentados nos dois laudos oftalmológicos devem obrigatoriamente apresentar os mesmos resultados.

Além disso, o Manual de Classificação da IBSA (2013), afirma que os classificadores médicos determinam o status da classificação realizada, que pode ser: confirmada (quando verificado que a acuidade visual não irá mudar com o passar do tempo), e em reavaliação (quando verificado que a acuidade visual poderá mudar com o tempo, e pós a nova avaliação, a capacidade visual poderá ser confirmada, não havendo a necessidade de nova avaliação).

2.2.1 Adaptações às regras

Tendo em vista as características de pessoas com deficiência visual, adquiridas por meio de déficits e peculiaridades próprias, a International Blind Sports Federation (IBSA), aderiu algumas recomendações da International Judo Federation (IJF) a serem aplicadas na regulamentação da modalidade de cunho paralímpico visando, principalmente, a segurança dos atletas envolvidos.

Desta forma, são poucas as adaptações realizadas às regras para a realização do judô paralímpico, o que é confirmado por Cerqueira, Gomes e Almeida (2012, p. 165), os quais explicam que são poucas as diferenças observadas entre o judô olímpico e paralímpico, pois existem apenas “algumas adaptações que visam a segurança dos atletas, e desse modo as estratégias pedagógicas aplicadas para o treinamento podem seguir a mesma tendência”.

Destacam-se as adaptações, explícitas no documento da IBSA (2014):

- Área de competição

A dimensão da área de combate deverá ter o tamanho máximo permitido pela FIJ, de 10x10 metros, com área de segurança de 3 à 4 metros. A área de combate continua tendo a área de perigo, que deverá ter uma cor em contraste. Um adesivo azul e branco será

colocado a uma distância de 1,50 metros um do outro para que os atletas se posicionem para iniciar o combate.

- Uniforme

Todos os atletas classificados como B1 deverão ter no *judogui* (uniforme de judô) um círculo vermelho com diâmetro de 7 centímetros no ombro, sendo que o centro do círculo deverá ser posicionado cerca de 15 centímetros do ombro.

Quando o atleta também possuir a deficiência auditiva, o *judogui* deverá possuir também um círculo azul de 7 centímetros, a ser colocado nas costas à cerca de 15 cm da gola do judogui e no centro do mesmo.

- Controle da luta:

Primeiramente, ao assumir o controle do shiai-jo (área de competição), os árbitros devem se certificar de que a superfície do tatame está de acordo com as regras de segurança da IBSA.

Posteriormente, os árbitros laterais deverão conduzir os atletas a partir da borda do *shiai-jo* até suas posições de início de combate, e logo após retornam às suas cadeiras.

Após os árbitros retornarem às suas cadeiras, o árbitro central deverá certificar-se que a pegada dos atletas estão corretas, ou seja, a mão da manga abaixo do cotovelo do adversário e a mão da gola na altura da clavícula, não podendo realizar pressão em suas pegadas. Já a posição das pernas deverá ser de pés paralelos e pernas estendidas de frente para o adversário, em *shizentai* (postura natural). Após este procedimento, o árbitro poderá anunciar *hajimê* (início do combate).

Quando o atleta, ainda possuir a deficiência auditiva, o árbitro deverá permanecer ao lado do mesmo para ajudá-lo no momento da saudação, com um leve toque em suas costas ao comando da saudação, e para o início da luta.

Durante o combate, quando os atletas estiverem lutando na área de perigo ou próximos do limite da área de combate, o árbitro deverá anunciar, do centro da área, a palavra *jogai*, para que os atletas saibam sua localização no *shia-jô*.

Além disso, quando o árbitro anunciar *matê* (parar a luta), ele deve ter o cuidado de não perder de vista os dois atletas, estando sempre o mais próximo possível. Posteriormente, o árbitro deverá conduzir os atletas até as suas marcas, reiniciando o combate de acordo com o processo inicial, tanto nas pegadas como nas posturas dos atletas. Quando o atleta também possuir deficiência auditiva, no momento do *matê*, o árbitro deverá tocar duas vezes no ombro ou na omoplata do atleta e conduzi-lo para sua marca inicial de combate.

Para a aplicação do *sonomama* (não se mover), quando o atleta também possuir deficiência auditiva, o árbitro deverá tocar levemente em sua cabeça no comando. Quando o árbitro for anunciar o reinício do combate ele comandará *yoshi* (continuar) e tocará novamente na cabeça do atleta.

Ao final da luta, após anunciar *soremadê* o árbitro deverá conduzir os atletas para as suas marcas iniciais de combate. Se necessário o árbitro deverá pedir para que os atletas arrumem seus judoguis. Para indicar que um dos atletas amarre sua faixa ou arrume seu judogui, o árbitro deverá pegar as mãos do atleta e cruzá-las na altura da cintura.

Após o árbitro anunciar o resultado do combate, os árbitros laterais sairão de suas cadeiras e conduzirão os atletas até a borda do *shiai-jô*, onde os assistentes da organização se encarregarão dos atletas.

Quando o atleta também possuir deficiência auditiva, o árbitro lateral deverá se aproximar do atleta para ajudá-lo a fazer a saudação final do combate, tocando em suas costas para inclinação do tronco e em seguida o conduz até a borda do *shiai-jô*.

- Formas de Avaliação

Toda vez que o árbitro anunciar uma avaliação, ele deverá adicionar ao convencional gesto de *yuko*, *wazari* ou *ipon*, o anúncio em voz alta de *aô* (judogui azul) ou

shirô (judogui branco), dependendo de qual atleta adquiriu a pontuação. O mesmo procedimento deverá ser realizado ao final do combate para indicar o atleta vencedor.

Neste caso, quando o atleta também possuir deficiência auditiva, o árbitro deverá traçar a inicial da avaliação na palma da mão do atleta, sendo *Y-yuko*, *W-wazari*, *I-ipon*. Em seguida elevar a mão do atleta para a altura de seu peito (quando a vantagem é sua) ou em direção ao outro atleta (quando a vantagem não é sua).

Além de fazer o gesto convencional para desfazer uma avaliação (*torikeshi*), o árbitro deve anunciar *aô* ou *shirô*, dependendo de qual atleta perdeu a vantagem. Quando o atleta também tiver deficiência auditiva, o árbitro irá traçar um grande X na palma da mão do atleta.

- Ações proibidas e penalidades

Os árbitros e juízes estão autorizados a aplicarem penalidades de acordo com a intenção ou situação, visando o melhor interesse do esporte e com o intuito de salvaguardar o atleta B1 dos atletas B2/B3, tendo em vista que todas as ações que a Federação Internacional de Judô regulamenta como *shidô* (punição) são válidas.

O atleta é passível de *shido* caso fique se movendo repetidamente no momento de fazer a pegada e antes do anúncio de *hajimê*. Para o atleta que é B1, a orientação de suas saídas da área de combate são efetivamente consideradas. Portanto, se o árbitro percebe que as saídas fazem parte de uma estratégia de luta, o atleta deverá ser punido com *shidô*.

A regra da IJF que determina que os atletas são passíveis de *shidô* todas as vezes que pisarem fora da área de combate com os dois pés, não é aplicada no judô paralímpico, porém, ao ser evidenciado que os atletas não atendem a orientação de *jogai*, estes podem estar passíveis de *shidô*.

Quanto ao ato de pegar na perna, que no judô olímpico é passível de *hansokumakê* (desclassificação) na primeira ação realizada, a recomendação na modalidade paralímpica é que os atletas, na primeira ocorrência sejam punidos com *shidô*, e se a ação persistir, os mesmos sejam punidos com *hansokumakê*.

Para indicar falta de combatividade a um dos atletas, depois do gesto apropriado, o árbitro deverá se aproximar do atleta que cometeu a falta, elevar seu braço com a palma da mão voltada para baixo e fazer a rotação dos dedos embaixo da mão do atleta indicando a falta cometida.

Quando o atleta, além da DV, também tiver surdez, o árbitro deverá fazer a mesma operação e também tocar na parte de cima da mão do atleta: com um dedo, dois dedos, três dedos, dependendo do nível da punição (*shidô* até o 3º). Quando a punição é *Hansoku makê* (desclassificação), o árbitro traça um *h* na palma da mão do atleta.

Em síntese, nos eventos de competição, praticamente, não há mudanças nos aspectos técnicos entre os atletas do Judô Olímpico e do Paralímpico, mas sim há algumas adaptações nos aspectos táticos e várias adaptações na comunicação entre atletas e árbitros.

2.2.2 Organização do Judô Paralímpico no Brasil e no mundo

O judô paralímpico, internacionalmente, é regido pela Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência Visual (IBSA), que é uma instituição social de interesse público sem fins lucrativos, sendo vinculada ao Comitê Paralímpico Internacional (IPC) como o legítimo representante do esporte específico para cegos (IBSA, 2013).

Foi fundada em 1981 em Paris com o objetivo de implantar, implementar e desenvolver o esporte para cegos no mundo. O estatuto da IBSA permite identidade própria para promover o desenvolvimento do desporto para cegos e deficientes visuais e incentivar as organizações membro da IBSA nos 5 continentes (IBSA, 2013).

De maneira mais específica, responsabiliza-se pela organização e condução das atividades relacionadas ao judô paralímpico, a IBSA Judô, que é reconhecida como a única autoridade competente no judô do Comitê Paralímpico Internacional (IPC). A mesma estabelece as Regras Oficiais de Judô, as especificações de equipamentos e instalações, e todos os executivos interna normas que devem ser aplicadas a todas as competições internacionais e olímpicas, para os quais o IBAS também estabelece o regime de concorrência, controla e regula a nomeação de árbitros internacionais, controla e governa todas as competições internacionais (IBSA, 2013).

Já no Brasil, o judô paralímpico é regulamentado pela Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais (CBDV), que é uma Entidade de administração do desporto para pessoas com deficiência visual, com atuação em todo o território nacional, possuindo patrimônio próprio. A mesma tem por finalidade representar, dirigir e coordenar o segmento esportivo para pessoas com deficiência visual, em nível nacional e internacional, desenvolvendo as modalidades administradas pela IBSA (CBDV, 2013).

2.3 A deficiência visual

Entender as características existentes em cada população, seja ela com deficiência ou não, torna-se importante para que as propostas de ensino realizadas estejam adequadas à suas necessidades. Desse modo, torna-se relevante destacar alguns entendimentos a respeito da pessoa com DV.

Primeiramente, apresentar-se-á a figura 1 referente aos dados do IBGE (2010), que demonstram a população residente no país:

Figura 1: Pessoas com Deficiência Visual no Brasil

Total (1) (2)	Tipo de deficiência						
	Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Visual			Auditiva		
		Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
190 755 799	45 606 048	506 377	6 056 533	29 211 482	344 206	1 798 967	7 574 145

Fonte: IBGE (2010)

O quadro acima apresentado, traz à tona que no Brasil residem 190.755.790 habitantes, e, dentre estes, 35.774.392 pessoas enquadram-se como pessoas com deficiência visual. Porém, torna-se relevante destacar que o senso subdivide esta população em três estágios, sendo eles: *não consegue de modo algum* - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar; *grande dificuldade* - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato; *alguma dificuldade* - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato; ou *nenhuma dificuldade* - para a

pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de enxergar, ainda que precisando usar óculos ou lentes de contato.

Neste sentido, ao considerar as contribuições de Munster e Almeida (2006, p.29), os quais relatam que a deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da capacidade visual, em ambos os olhos, levando o indivíduo a uma limitação em seu desempenho habitual, onde a avaliação deve ser realizada após melhor correção óptica ou cirúrgica. Silva, Vital e Mello (2012, p. 51) corroboram que deficiência visual “é um termo empregado para se referir à perda visual que não pode ser corrigida com lentes de prescrição regular”.

A partir dos conceitos supra citados, reporta-se aos dados do IBGE (2010), porém apenas as pessoas que relataram que *não consegue de modo algum* e aquelas que revelaram *grande dificuldade*, e ainda verifica-se que esta população é composta por 6.562.910 pessoas, ou seja, 3,44% da população brasileira possui deficiência visual.

Cazé e Oliveira (2008) destacam que existem dois tipos de deficiência visual: congênita e adquirida. O primeiro tipo refere-se às pessoas que já nasceram sem o recurso da visão ou que a perderam até os cinco anos de idade; elas não possuem imagens pré-formadas ou não retêm imagens visuais úteis, nem ideias de cores, inclusive a imagem corporal de si mesmo, caso tenham nascido com a deficiência ou caso já tenha se passado muitos anos após a perda da visão ocorrida até por volta dos 5 anos de idade. O segundo tipo se refere às pessoas que perderam a visão em algum momento da vida (após os cinco anos de idade) por causas diversas; desta maneira, possuem imagens mentais anteriores à deficiência e mesmo que, com o passar do tempo, perca a recordação dessas imagens, realiza suas tarefas cotidianas baseadas em referências visuais.

A deficiência visual, nas abordagens referentes à Organização Mundial da Saúde (2002) é subdividida em duas classificações em relação à acuidade visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Com olhar crítico acerca dos procedimentos referentes à classificação, ressalta-se a importância da avaliação funcional da visão, de modo que as avaliações oftalmológicas não demonstram a funcionalidade da visão ou referenciais para aplicação em aulas de Educação Física, importantes para os trabalhos de intervenção pedagógica. Para tanto, devem ser considerados fatores relacionados à acuidade visual e outros fatores biológicos; além do contexto socioeconômico, as oportunidades e experiências de cada um, as habilidades e preferências pessoais, pois estes fatores influenciam diretamente nos desempenhos de cada pessoa (CHOU, 2010; OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2013).

Ao reportar-se à pessoa com DV, inúmeras são as restrições para a prática de atividades físicas. Dentre estas, duas são as mais comuns: a pessoa com deficiência visual quando busca um lugar para a sua atividade encontra normalmente um professor que ministra uma modalidade esportiva específica, mas que, entendendo somente das características específicas desta modalidade esportiva, e não das especificidades reservadas à grupos de pessoas com deficiência, não consegue fazer as adaptações para a utilização de métodos de ensino adequados e assim não potencializa as possibilidades de seu aluno. Por outro lado, dentro das instituições de atendimento, comumente encontram-se professores que têm conhecimento acerca da deficiência, mas não conhecem o bastante a respeito das modalidades esportivas, não podendo assim proporcionar o aprimoramento técnico e tático do aluno dentro de alguma especialidade (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005).

Neste ínterim, enfatiza-se a importância dos professores de Educação Física buscarem vivências e conhecimento, para que possam subsidiar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência visual, no contexto das práticas esportivas

2.4 O processo de ensino do judô para pessoas com deficiência visual

[...] “se queremos chegar a algum lugar que não conhecemos, temos que percorrer um caminho desconhecido”. FREIRE, 2002, p. 9

Abordar a temática envolvendo o ensino, requer que inicialmente algumas abordagens acerca da pedagogia do esporte, de forma ampla, sejam contempladas. Para

tanto, Reverdito, Scaglia e Paes (2009, p. 606-607), apontam uma das funções da pedagogia do esporte.

compromisso com o ensinar, com a transformação e a autonomia do sujeito, fundamentada sobre princípios pedagógicos, nos quais o processo estabelecido em razão do sujeito que joga, valorizando sua cultura corporal e social de acordo com os pilares da diversidade e orientada para todos, independentemente dos pré-requisitos (REVERDITO, SCAGLIA e PAES, 2009, p. 606-607).

A afirmação apresentada vai de encontro com o objetivo do presente estudo, no qual os autores abordam a diversidade humana, evidenciada também por pessoas com DV, as quais na ausência da visão requerem que os estímulos da aprendizagem aconteçam por meio de outros sentidos.

Assim,

A pedagogia do esporte busca investigar e intervir na prática esportiva, de modo a garantir que o sujeito possa apropriar-se do fenômeno esportivo, tão logo, implicando na responsabilidade da educabilidade do sujeito. Para tanto, justifica-se a necessidade em conhecer as concepções teóricas que têm orientado as investigações e a prática educativa no esporte (REVERDITO, SCAGLIA e PAES, 2014, p. 32)

Ao reportar-se à uma das partes da pedagogia do esporte, ou seja, o ensino, vale enfatizar que o mesmo acontece por meio da interação entre professor e aluno, ainda, em alguns momentos, conta com a participação e auxílio de colegas e familiares, a fim de que a aprendizagem aconteça

Para melhor elucidar tais aspectos, Libâneo (1991, p. 92), explica que ensino é a “atividade do professor de organização, seleção e explicação dos conteúdos, organização das atividades de estudo dos alunos, encaminhando objetivos, métodos, formas organizativas e meios mais adequados em função da aprendizagem dos alunos”. No mesmo íterim, a aprendizagem “é a atividade do aluno de assimilação de conhecimento e habilidades” (LIBÂNEO, 1991, p. 92).

Por isso, o desafio a ser vencido pelos professores não é o de encontrar a pessoa talentosa, mas sim o de fazer com que todos tenham acesso ao esporte e, em praticando, aprendam-no bem, aprendam mais do que isso, e aprendam a gostar dele (FREIRE, 2003).

Assim, entende-se o quão é ampla e árdua a tarefa dos professores, que modo que “o processo de ensino, efetivado pelo trabalho docente, constitui-se de um sistema articulado dos seguintes componentes: objetivos, conteúdos, métodos e condições” (LIBÂNEO, 1991, p. 92).

Neste sentido, o processo de ensino é impulsionado por fatores ou condições específicas já existentes ou que cabe ao professor criar, a fim de atingir os objetivos propostos (LIBÂNEO, 1991, p. 93). Pensando no processo de ensino e tendo em vista a diversidade humana, refletida e demonstrada por meio dos aspectos motores, cognitivos, intelectuais e sensoriais, os processos de ensino diferem dentre os aprendizes. Levando-se em consideração também a faixa etária envolvida.

O respeito às individualidades do aluno que são manifestadas das mais diversas formas, deve estar sempre presente se a opção for de desenvolver o ser humano autônomo. Essa valorização da individualidade é de suma importância e não deve se restringir às aulas de judo (MESQUITA, 1994, p. 71).

Quando as práticas são voltadas às pessoas com DV, esta diversidade torna-se bastante evidente, de modo que alguns caminhos a serem trilhados recebem tratamentos diferentes, ou de forma mais simples, necessitam que as intervenções sejam mais cuidadosas, preocupando-se com a forma com que a pessoa com ausência de visão conseguirá assimilar as informações.

Cobo, Rodriguez e Bueno (2003) relatam que grande quantidade da informação que a maioria das crianças aprende é atingida acidentalmente pelo sentido visual, de modo que o cérebro está recebendo informação cada vez que a criança olha para os objetos que a rodeiam; pelo contrário, quando existe uma anomalia, e o sistema visual não funciona corretamente, a informação visual não chega de forma espontânea.

Uma limitação no sentido da visão e na percepção dos objetos do ambiente afetará sensivelmente os esquemas de conduta nos primeiros meses de vida. É muito difícil compreender por meio de sons, odores e contatos aquilo que não se percebe visualmente,

mesmo depois de vários anos, de uma variada descrição do mundo que a rodeia e de uma contínua estimulação e ensino (COBO, RODRIGUEZ E BUENO, 2003).

Porém, na ausência da visão, os sentidos remanescentes – principalmente o tato e a audição – têm de se adaptar para funcionarem sem a integração que a visão proporciona imediatamente. É a partir deles que a criança com deficiência visual estabelecerá sua percepção do mundo que o cerca (RODRIGUES, 2006).

Mas, cabe ressaltar que não existem fundamentos para afirmar que a criança com deficiência visual tem maior capacidade auditiva que a criança sem deficiência; é o constante uso da audição que permite desenvolvê-la mais rapidamente (COBO, RODRIGUEZ E BUENO, 2003).

Almeida et al. (2010) reportam-se à Lieberman (2002), citando quatro tipos de adaptações para que as atividades físicas e esportivas sejam acessíveis à pessoas com DV: as modificações nos equipamentos, nas regras, no ambiente e quanto às instruções, para que o ensino alcance o objetivo proposto.

Por isso, utilizar uma linguagem acessível ao aluno, ajudá-lo na construção do referencial espacial, entender os elementos limitadores da aprendizagem e usar uma proposta pedagógica adequada (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005).

Alguns mecanismos de informação podem ser utilizados durante as aulas para pessoas com DV. O quadro 1 foi adaptado de Almeida e Oliveira Filho (2001) e Oliveira Filho e Almeida (2005), referente aos mecanismos de recepção de informações das pessoas com DV:

Quadro 1 - Mecanismos de informação

Estímulos	Informação	
Auditivos	Verbal Explicativa	 <pre> graph TD Sinalética --> Instruído Sinalética --> Não_Instruído[Não Instruído] Instruído --> Vocal Instruído --> Outros </pre>
Táteis	Direta $\frac{\text{Professor} \rightarrow \text{Aluno}}{\text{Aluno} \rightarrow \text{Professor}}$	Indireta
Propriocepção	Proprioceptiva	

Para melhor entendimento do quadro acima apresentado, os estímulos auditivos são subdivididos em *verbal explicativo*, que são indicações explicativas por meio das palavras; e *sinalética*, que são as sinalizações não verbais, mas que incluem as vocais. Este pode ainda ser dividido em *instruído*, que é quando uma pessoa realiza instruções sem precisar explicar verbalmente, podendo-se utilizar da forma *vocal*, que é quando o professor chama a pessoa com DV com sinalizações por meio de palmas, estalar dos dedos, dentre outros; ou de *outras* formas, podendo ser com a utilização de aparelhos eletrônicos que emitem sons, dentre outras formas de estímulos sonoros. Ainda, encontra-se a maneira *não instruído*, que é quando a pessoa recolhe sinais sonoros do meio, como o barulho de carros, animais, entre outros.

As maneiras táteis, podem ser diretas, tanto o professor tocando no aluno, quanto o aluno tocando no professor para sentir os movimentos; e a maneira indireta refere-se a perceber através do tato, os materiais no ambiente que auxiliem no processo de aquisição de informações (ALMEIDA et al., 2010; COBO, RODRIGUEZ e BUENO, 2003; OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005).

A forma *proprioceptiva* é originária da percepção do corpo no espaço, considerando-se equilíbrio, postura, dentre outros. Machado (2011, p. 159), afirma que a propriocepção “permite, sem auxílio da visão, situar uma parte do corpo ou perceber o seu movimento”.

Para determinar a quantidade de informações auditivas e/ou táteis a serem oferecidas, é importante conhecer o nível de experiência dos alunos envolvidos, o grau de dificuldade da atividade proposta e a necessidade que o ambiente físico promove. O professor deve ter um bom vocabulário e saiba se expressar claramente, transmitindo afetividade por meio de gestos e palavras, não subestimando o potencial do educando.

A antecipação verbal do professor acerca das suas ações, visando não surpreender o aluno, é um cuidado a ser tomado. Caso haja o toque, é importante avisá-lo para que esteja prevenido, sendo interessante intercalar pessoas com e sem deficiência visual, em relação à distribuição e posicionamento no espaço físico, favorecendo a interação e a participação de todos (MUNSTER e ALMEIDA, 2006).

Pensando no Judô, cabe ressaltar que atletas com deficiência visual competem juntos nos principais eventos, ou seja, do indivíduo completamente cego até os que possuem acuidade visual parcial. Quando observados os treinamentos, verificam-se valores comuns compartilhados entre praticantes de judô com ou sem deficiência, e isso é fundamental para a qualidade da integração desses sujeitos. As experiências que ocorrem com a formação de turmas inclusivas nos treinos de judô exemplificam a importância de valores civilizacionais amplamente disseminados para a integração social de atletas com e sem deficiência. Isso ilustra uma oportunidade dentro da modalidade para promoção da qualidade de vida e para a valorização do talento atlético (MIARKA et al., 2011)

Assim, a relação recíproca entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência permite que passem a se conhecer e a se compreender mutuamente, descobrindo e respeitando os talentos e limitações de cada um. Ainda “a escolha por um contexto mais ou menos inclusivo dependerá dos interesses e motivações de cada participante” (PEDRINELLI e NABEIRO, 2012, p. 21).

Com a carência de pesquisas que suscitem o processo de ensino do judô para pessoas com DV, espera-se que este estudo ajude a suprir esta carência, e possa auxiliar professores no que se refere o tema em foco.

3 MÉTODO

3.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como um survey, que conforme Thomas, Nelson e Silverman (2012, p. 293) “uma técnica de pesquisa descritiva que procura determinar práticas ou opiniões presentes em uma população específica”.

Ainda, a pesquisa tem o caráter descritivo, na qual Marconi e Lakatos (2002) comentam que, consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

Utiliza-se de técnicas para este tipo de pesquisa: entrevistas, questionários, formulários, entre outros, e empregam procedimentos de amostragem (MARCONI; LAKATOS, 2002).

3.2 Instrumento para coleta de dados

Como instrumento para coleta de dados, utilizou-se de um questionário, conceituado como “pesquisa em que as informações são obtidas pedindo-se aos participantes que respondam às questões, em vez de observar seu comportamento” (THOMAS, NELSON e SILVERMAN, 2012, p. 293).

Para tanto, o questionário foi elaborado pelos pesquisadores, e aplicado como instrumento piloto a 2 professores de Judô, que tivessem alunos com deficiência visual. Marconi e Lakatos (2002) ressaltam que esta aplicação do instrumento serve para verificar se o questionário apresenta três elementos importantes: “fidedignidade (qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos resultados), validade (os dados recolhidos são necessários à pesquisa) e operatividade (vocabulário acessível e significado claro)”.

3.3 População e amostra

A população deste estudo foi composta por professores que ministrem aulas de judô, e que obrigatoriamente tenham entre os seus alunos, pessoas com deficiência visual.

Formaram a amostra do estudo, professores de atletas que participaram da I Etapa do Grand Prix Infraero de Judô para cegos, realizada em São Paulo, no dia 26 de abril de 2014.

Na competição, foram contatados 19 professores, e dentre estes 14 aceitaram participar do estudo. Vale destacar que o calendário de competições de judô paralímpico no Brasil é composto por 2 etapas do Grand Prix, e neste, comparecem a maior parte dos praticantes da modalidade no país.

Para a apresentação dos resultados, os participantes foram organizados em três grupos, sendo:

- Grupo A: composto por professores que ministram as suas aulas somente para pessoas com DV, ou seja, em instituições de ensino especializadas no atendimento à pessoas com DV;
- Grupo B: composto por professores que trabalham somente com a modalidade de Judô em sua manifestação de rendimento, no contexto inclusivo, ou seja, pessoas com deficiência juntamente com alunos sem deficiência. Ressalta-se que estes não dão enfoque à iniciação esportiva, e não contemplam em suas aulas pessoas que praticam a modalidade com fins de lazer.
- Grupo C: formado por professores que ministrem aulas de Judô para pessoas com DV em contexto inclusivo, ou seja, alunos com deficiência, juntamente com alunos sem deficiência. Estes professores trabalham com a modalidade nas suas três manifestações esportivas, ou seja, na iniciação, no lazer e no rendimento.

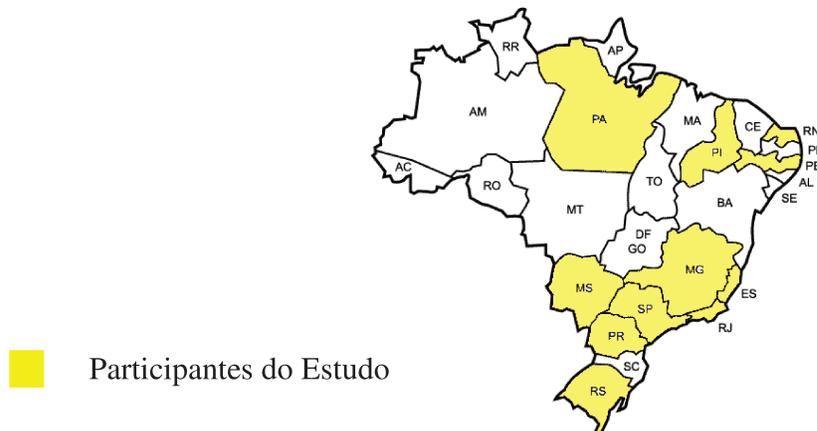
Tal organização justifica-se visto que conforme o cenário, o objetivo e as condições em que as práticas docentes ocorrem, as práticas pedagógicas utilizadas podem ser diferentes. Quanto aos professores, o quadro 2 traz algumas informações:

Quadro 2: caracterização dos participantes

Participante	Tempo como professor	Formação	Grupo
P1	25 anos	Mestrado em Educação Física	A
P2	17 anos	Graduação em Educação Física	C
P3	4 anos	Graduação em Educação Física	A
P4	12 anos	Graduação em Educação Física	C
P5	4 anos	Graduação em Educação Física	A
P6	25 anos	Graduação em Educação Física	C
P7	15 anos	Pedagogia e Graduando em Educação Física	B
P8	24 anos	Graduação em Educação Física	B
P9	16 anos	Pós Graduação em Educação Física	C
P10 ²	34 anos	Graduação em Educação Física	C
P11	18 anos	Graduação em Pedagogia e Direito	C
P12	30 anos	Provisionado do CREF ³ – Graduação em Ciências Contábeis	B
P13	21 anos	Graduação em Educação Física	C
P14	38 anos	Pós Graduação em Educação Física e Graduação em Ciências Contábeis	C

Quanto a localização geográfica dos participantes, apresenta-se a figura 4:

Figura 2: Localização geográfica dos participantes



² O Professor P10 possui Deficiência Visual (baixa visão).

³ Refere-se a profissionais que comprovaram atividade profissional na Educação Física no período anterior à existência da Lei 9.696 de 01 de setembro de 1998, atendendo aos requisitos previstos nos incisos da Resolução 045/2002 (CONFEE, 2014).

3.4 Procedimentos para coleta de dados

1. Contato com a CBDV, visando o aceite na realização da coleta de dados na referida competição. Para tanto, contactou-se primeiramente o coordenador da modalidade, bem como do evento em que a coleta de dados foi realizada, e posteriormente, o presidente e vice-presidente da CBDV, sendo que todos consentiram com a realização da coleta de dados no referido evento;
2. Convite para os possíveis participantes do estudo, sendo que aqueles que aceitaram participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice I), entregue em duas vias, explicando os objetivos da pesquisa, além dos benefícios da participação na mesma.
3. Aplicação dos questionários, na presença dos pesquisadores, para a retirada de dúvidas que possam existir. Neste momento, vale ressaltar que alguns participantes escreveram as suas respostas, e outros solicitaram que os pesquisadores descrevessem as suas respostas.

3.5 Análise dos dados

Os dados serão submetidos à análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011, p. 44), sendo

um conjunto de técnica da análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A autora ainda explica que essa abordagem tem por finalidade “efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração” (BARDIN, 2011, p. 44).

Ainda, alguns dados serão submetidos a análise de enunciação, que é um tipo de análise de conteúdo, explicada por uma” concepção da comunicação como processo e

não como um dado”. Para tanto, apresentar-se-á o discurso dos professores, que “se assenta numa concepção do discurso como palavra em ato” (BARDIN, 2011, p. 215).

Dentre as formas de análise de enunciação, optou-se pela análise temática, explicada como

Transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetada sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis (BARDIN, 2011, p. 224).

Posteriormente, os dados que se referem aos métodos de ensino, foram analisados mediante o *modelo qualitativo* (2012, p. 373), que “ênfatiza o método interpretativo em oposição à chamada descrição rica e densa”, ainda, aborda um relato longo e detalhado dos resultados encontrados.

3.6 Considerações Éticas

Sabendo-se que a pesquisa envolvendo seres humanos deve ancorar-se numa série de considerações éticas devido ao intenso contato pessoal com os participantes, ressalva-se que o presente estudo foi elaborado de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e suas complementares (Resolução 196/196 do Conselho Nacional de Saúde), a foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, no dia 26/11/2013, sob CAAE 24535513.0.0000.5404 (anexo D)

A liberdade de participar ou não da pesquisa foi assegurada aos participantes, que poderia retirar o seu consentimento em qualquer etapa do estudo, sem nenhum tipo de dano ou prejuízo, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice 1).

Foi assegurado o sigilo à identidade dos participantes, o caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade e proteção da imagem. Em relação aos dados, os participantes terão livre acesso para análise das informações em qualquer etapa da

pesquisa, os quais poderão a qualquer momento entrar em contato com os pesquisadores por meio de telefone e/ou endereço de correspondência eletrônica.

4 RESULTADOS

Os dados serão apresentados em três partes distintas, sendo o primeiro (Grupo A) composto por 3 professores que ministram as suas aulas somente para pessoas com DV, o segundo (Grupo B), composto por 3 professores que trabalham somente com a modalidade de Judô em sua manifestação de rendimento, e o terceiro grupo (Grupo C), formado por 8 professores que ministrem aulas de Judô para pessoas com DV em contexto inclusivo, ou seja, alunos com deficiência, juntamente com alunos sem deficiência.

Tal organização justifica-se pelo fato de que conforme o cenário, o objetivo e as condições que em as aulas de judô ocorrem, as práticas pedagógicas utilizadas podem ser diferentes, conforme já mencionado.

4.1 Todos os professores

O grupo é composto por 14 professores do gênero masculino, com idade média de 42 anos, variando entre 28 e 69 anos de idade. O tempo como praticante da modalidade teve como média 30 anos, variando de 6 à 45 anos; e o tempo como professor de Judô teve como média 19 anos, variando de 4 à 38 anos.

É importante mencionar que todos possuem ensino superior, sendo que um deles também possui a titulação de mestre em Educação Física, e de outro que é provisionado do CREF, conforme já elucidado anteriormente.

Em relação ao cenário utilizado, cinco professores relataram utilizar-se do cenário tradicional da modalidade, neste caso, apenas o tatame. Os demais (9 professores), relataram também que ocupam cenários não tradicionais da modalidade, que podem ser exemplificados por cordas, bolas, arcos, cintos de tração, piscina, academia de musculação, pista de corrida e quadra de areia.

Quanto à modalidade, oito professores discursaram que pautam-se nos procedimentos tradicionais, bem como dos não tradicionais, buscando sempre atualizações e novas variações e maneiras de melhorar o desempenho no Judô. Já os outros seis professores declararam que empregam apenas o método tradicional, justificando principalmente a manutenção das características do esporte.

Sobre os personagens, 11 professores afirmaram que inicialmente tentam ensinar de forma verbal, sendo que posteriormente, usam o tato para sanar as dúvidas que ainda permaneceram. Ainda, três professores utilizam-se somente do tato para o ensino. Dos 14 participantes da pesquisa, 7 apresentaram em seus discursos preocupações referentes à conhecer os seus alunos, o nível de desenvolvimento que se encontram, bem como as suas percepções sobre as melhores maneiras de aprender. Dentre os participantes, 2 professores enfatizaram que o ensino para pessoas com DV e sem DV acontece da mesma maneira, não havendo diferenças frente aos métodos e estratégias de ensino a serem utilizados. Outros 3 professores destacaram que pautam-se na utilização de colegas tutores, de modo a facilitar o aprendizado por parte do aluno com DV.

4.2 Grupo A

O grupo é composto por três professores com idade média de 34 anos, variando entre 28 e 45 anos de idade. O tempo como praticante da modalidade teve como média de 21 anos, variando de 6 à 37 anos; e o tempo como professor de Judô teve como média de 11 anos, variando de 4 à 25 anos.

Quanto ao cenário utilizado, dois professores relataram utilizar-se apenas do *tradicional*, composto por tatame convencional, com os alunos tendo como vestimenta o kimono. Um dos professores relatou além do cenário *tradicional*, outros que o auxiliam durante as aulas, e comentou:

O cenário tradicional é de boa qualidade com sala ampla, livre de paredes e quinas (realidade conquistada ao longo do trabalho), recebemos kimonos dos projetos que nos auxiliam, o dojo (sala de judô) é composto por tatames mais baixos nas laterais (jogai), afim de que eles percebam o final da área. Temos também um bom cenário não tradicional e damos preferência aos bambolês como referência de espaço, dentro e fora e etc..., cordas para tração, bolas de Fit para rolamentos e outros, dispomos de uma cama elástica na sala (trabalho de lutinha infantil para propriocepção e equilíbrio) e colchões. Já com a Equipe (rendimento), temos um preparador físico que realiza os treinos dentro e fora do dojo (piscina, sala de musculação e areia) (P1).

Em relação à modalidade (judô), todos os professores afirmaram se utilizar de procedimentos tradicionais (os que compõem a modalidade desde a sua criação), bem como

das não tradicionais (técnicas que foram criadas posteriormente, e/ou adaptadas de outras já existentes), por meio de estratégias criativas, bem como combinações com as técnicas já existentes.

Quanto aos personagens, os três professores relataram não identificar diferenças de métodos de ensino conforme o objetivo das aulas. Neste sentido, indiferente do aluno ser atleta ou não-atleta, a forma de ensinar é a mesma, segundo os professores.

Para tanto, apresenta-se o discurso dos professores:

A verbalização é o ponto alto, pois acredito estimular a cognição e a criação da imagem. A partir daí demonstro mais uma vez verbalizando, pois tenho no dojo alunos cegos e outros com alguma visão. Depois demonstro nos alunos cegos que responderem que não entenderam o movimento, tenho a facilidade de trabalhar com outro professor durante as aulas (P1).

Muita paciência com o seu desenvolvimento motor, sua coordenação em espaço e a sua auto confiança. O ensino parte do princípio do toque, e da demonstração com o toque (P3).

A aula necessita de verbalização das técnicas, de forma que cada praticante descubra quais são as possibilidades de cada técnica. A iniciação deve ser gradativa, respeitando o desenvolvimento motor de cada aluno. Acredito que como professores devemos evitar o contato manual durante o ensino, para que dessa forma a consciência corporal seja estimulada (P5).

Por meio do discurso dos professores, percebe-se que os mesmos preocupam-se com o desenvolvimento dos seus alunos durante as aulas de judô. Por meio das respostas é possível averiguar que dois dentre os três professores que ministram aulas em Instituições de Atendimento Especializado procuram utilizar-se do mecanismo de informação auditivo, acreditando estimular a cognição e a consciência corporal. Já um dos professores, afirmou utilizar-se apenas da maneira tátil direta para o ensino do Judô aos seus alunos.

4.3 Grupo B

O grupo é composto por três professores com idade média de 51 anos, variando entre 41 e 69 anos de idade. O tempo como praticante da modalidade teve como média 38 anos, variando de 33 à 45 anos; e o tempo como professor de Judô teve como média 23 anos, variando de 15 à 30 anos.

Quanto ao cenário utilizado, todos os professores usam o cenário tradicional, bem como de outros, exemplificados como sala de musculação, cama elástica, cintos de tração, bolas de medicinebol e cordas.

Em relação à modalidade, dois professores relataram utilizar-se de procedimentos tradicionais do Judô, e buscarem novas variações e conhecimentos que possam ser aplicados aos treinamentos. Um dos professores pauta-se apenas de fundamentos tradicionais, justificando a manutenção das tradições inerentes à modalidade.

Abaixo, o discurso dos professores:

Todos conhecem o ambiente e as técnicas, e todos treinam juntos verificando peso e idade com fundamentos e técnicas avançadas de acordo com a sua graduação. [...] Em muitos casos, os professores ainda treinam seus atletas paraolímpicos separados dos regulares, isso dificulta o aprendizado, portanto todos devem treinar juntos. Para explicar, sempre peço auxílio para os demais colegas que estão na aula, e utilizo o tato (P7).

Me utilizo da fala, e depois do tato para ensinar meus atletas. Trabalho somente focando na performance de alto rendimento (P8).

Alguns técnicos tratam o aluno com deficiência de forma diferenciada, mas ele deveria ser tratado como os demais para se sentir incluído na modalidade. Para explicar, sempre falo, e se não houver entendimento eu demonstro por meio do tato, da mesma maneira que faço com os meus alunos que enxergam (P12).

Assim, percebe-se que os professores estimulam a realização de suas aulas de forma inclusiva, ou seja, alunos com DV junto a alunos sem deficiência. Quanto aos métodos de ensino, dois professores utilizam-se do método verbal, e posteriormente da maneira tátil direta; ressaltando que um desses apoia-se no auxílio dos colegas tutores. Um dos professores, usa apenas o método tátil direto para ensinar, enfatizando que o objetivo de suas aulas é apenas o aperfeiçoamento técnico, e portanto, os mesmos já têm conhecimento dos fundamentos que envolvem a modalidade.

4.4 Grupo C

O grupo é composto por oito professores com idade média de 42 anos, variando entre 29 e 57 anos de idade. O tempo como praticante da modalidade teve como média 31 anos, variando de 18 à 44 anos; e o tempo como professor de Judô teve como média 23 anos, variando de 12 à 38 anos.

Em relação ao cenário utilizado, todos (8 professores) relataram utilizar-se do cenário tradicional da modalidade, neste caso, o tatame. Dentre estes, cinco professores apontaram que se utilizam também de cordas, bolas, arcos, cintos de tração, piscina, academia de musculação e pista de corrida.

Quanto à modalidade, todos os professores afirmaram utilizar-se dos procedimentos tradicionais inerentes ao Judô; e 3 professores, descreveram que também utilizam de novas técnicas, por meio de combinações diferentes. Um dos professores, em relação à modalidade afirmou que:

No Judô para deficientes visuais precisamos sempre adaptar as técnicas (P4).

Sobre os personagens, apresenta-se o discurso apresentado pelos professores:

Creio que no treino com pessoas deficientes, temos que usar muito o tato a fala, ensinar os movimentos bem próximos, dando o máximo de atenção a cada movimento e tendo a calma necessária para o ensino. O fundamental é conhecer o atleta com quem você está lidando, saber o grau de sua deficiência, saber se ele nasceu com a deficiência ou se ele a adquiriu com o tempo, existem modos e modos de se trabalhar, o mais adequado e desenvolver uma forma particular de se trabalhar com cada atleta, respeitando sua individualidade e suas dificuldades (P2).

Divido as aulas sempre interagindo todos os alunos (trabalho com alunos com limitações físicas, braço amputado, paralisias e deficientes visuais), pois assim o aprendizado é mais adequado e mais eficiente sempre respeitando os limites de cada um. Todos os alunos, posteriormente, seguem suas vontades próprias, e alguns tornam-se atletas. Daí faço treinamentos adaptados e específicos para cada atleta, com variações de golpes, maneiras de segurar pegada, enfim, são vários tipos de treinamento. Acho que cada professor deve se utilizar das dificuldades de cada atleta, tirar seus objetivos e trabalhar em cima disso. A interação social com os alunos sem deficiência é importante, porque eles auxiliam no aprendizado dos alunos deficientes visuais, usando sempre a fala e depois o tato. Tratá-lo da mesma maneira é muito importante, sempre adaptando seu treinamento (P4).

Com todos os alunos com deficiência visual utilizo a mesma forma de ensinar: sempre explico verbalmente, e depois os colegas voluntários ajudam a sanar as dúvidas que ainda ficaram. A explicação deve ser detalhada, se colocando no lugar de quem não enxerga. A evolução ganha velocidade com auxílio do voluntário no treino (P6).

Utilizo sempre o método do simples para o mais difícil (básico para o complexo), usando o tato para me fazer entender e utilizo mais o verbal do que o visual. O processo de ensino para deficientes visuais, sem dúvida, é mais lento por si só, não se esquecendo que cada indivíduo responde de um jeito. Porém, o ensino deve ser fragmentado e respeitando as individualidades. Claro que o fator de classificação B1, B2 e B3 é diferenciado. Sem dúvida que o B3 seja mais fácil de ensinar do que o B1. Ficando ainda mais fácil esse processo quando esse indivíduo já tinha perdido a visão depois de ter feito Judô (P9).

Indiferente do objetivo do aluno com deficiência visual (ser atleta ou não), a forma de ensinar é a mesma. Explico os alunos por meio do tato, pois acho que é a melhor forma de ensinar de forma mais detalhada. Trabalho em um projeto de judô inclusivo, pessoas com deficiência e sem deficiência, baixa estima; mesmo tendo objetivos diferentes (P10).

É relevante ressaltar que os indivíduos têm em seu interior uma grande baixa estima, e quando passa a treinar fica com uma alta estima, passa a ser mais competitivo dentro e fora dos tatames, desta forma, torna-se mais independente. Para ensinar, procuro conhecer os meus alunos e saber, perguntando pra eles até mesmo, quando a maneira que eles preferem que eu ensine eles, porque todos são diferentes. No geral, sempre tento ensinar falando, mas as vezes não é possível, preciso tocar nos alunos pra eles me entenderem (P11).

A metodologia utilizada nas aulas de judô, são basicamente a mesma independentemente do gênero, da condição de ser atleta ou não-atleta e também de ter ou não deficiência visual, o que realmente é diferenciado é a intensidade das atividades propostas e o estágio do aluno (iniciante, intermediário ou avançado). Para ensinar, procuro falar e depois demonstrar de forma tátil, o aluno encostando em mim. O processo de iniciação requer um número menor de alunos por turma e uma maior atenção do professor; a presença de judocas videntes e DV na mesma aula é muito positiva, acredito que possibilita uma aprendizagem e desenvolvimento mais rápido; após o processo de iniciação (pelo menos 1 ano de prática), não vejo diferença significativa no ritmo da aprendizagem (P13).

Para os não atletas com deficiência - homens e mulheres para ambos começo com os fundamentos do judô com o auxílio de um judoca sem deficiência. Os alunos iniciantes vão crescendo gradativamente até atingirem um nível de segurança e adaptação com o dojo. Neste caso, estes judocas, trabalho mais a formação e o judô como educação física, onde relato as vantagens e desvantagens de como proceder com os movimentos de cada exercícios aplicado desde os ukemis ou os wazas. Além disso, tenho uma atleta com deficiência auditiva, e com ela utilizo o tato e o resquício de audição para a comunicação (P14).

Por meio do discurso dos professores apresentado acima, é possível notar que seis, dentre os oito professores utilizam-se da fala e do tato, os demais relataram utilizar-se somente do tato. Porém, apesar de todos os professores deste grupo ministrarem suas aulas de maneira inclusiva (aluno com deficiência juntos à alunos sem deficiência), muitas diferenças podem ser encontradas no que tange ao método de ensino utilizado em virtude das condições e particularidades apresentadas por cada professor. Sendo assim, estes dados serão abordados novamente na discussão, dando-se ênfase no discurso apresentado.

5 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados será organizada de acordo com os quatro tópicos, ou abordagens direcionadas na coleta de dados, ou seja, quanto aos professores, cenário, modalidade e os participantes. Por fim, os dados serão discutidos de forma unificada.

5.1 Professores

Em relação aos professores, verificou-se que todos possuem ensino superior completo, sendo que um deles ainda é graduando em Educação Física, e outro professor é provisionado do CREF.

Com isso, percebe-se de forma satisfatória que os professores envolvidos com o Judô Paralímpico buscam entender a modalidade não apenas de forma isolada, mas como uma das possibilidades na Educação Física, o que facilita o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento dos seus alunos de forma global.

Por meio de uma pesquisa que visou verificar a formação de professores de judô, concluiu-se que

exige-se conhecimento além da prática como atletas praticantes e uma formação mais específica, como a graduação em Educação Física, para que ensinem judô com maior riqueza de conhecimentos científicos e bases didático-pedagógicas, que serão vivenciadas durante a sua vida acadêmica (GOMES et al., 2013, p. 43).

Uma das hipóteses estabelecidas para o fato dos professores de judô possuírem a graduação em Educação Física, segundo Drigo et al., 2011, é a regulamentação da profissão Educação Física (Lei 9.696/98) que desestabilizou, em um primeiro momento, a formação tradicional de faixa preta. Porém, as normas internacionais do judô, expressas pelas regras, motivaram adequações para a terminologia de professor para técnico, porém a formação deste técnico ainda é restrita ao termo, sem a devida adequação acadêmico-científica.

Assim, apesar da regulamentação do Professor de Educação Física, a atuação como técnico da modalidade em eventos de âmbito estadual e/ou regional requer apenas a

graduação como faixa preta da modalidade, e muitas vezes, a realização do Curso de Credenciamento Técnico proporcionado pelas próprias federações (DRIGO et al., 2011).

Porém, quando as competições são organizadas pela CBJ, existe o artigo 19 que regulamenta a atuação do técnico: "Art. 19 – Para ter direito de participação nas Competições promovidas pela Confederação Brasileira de Judô, as Federações Filiadas deverão, além de atender às exigências Estatutárias da Entidade Dirigente do Judô Nacional, satisfazer as seguintes condições: (...) VII – Os técnicos das equipes deverão apresentar obrigatoriamente a Carteira de Registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF" (CBJ, 2013, pp. 3-4).

Como a modalidade paralímpica segue a regulamentação estabelecida pela FIJ, e conseqüentemente, a CBJ, as determinações estabelecidas seguem as mesmas tendências e normas em relação à formação do técnico.

Assim, ao pensar na formação dos professores, quando a pessoa com DV busca um local para a sua atividade encontra normalmente um professor que ministra uma modalidade esportiva específica, mas que, entendendo somente das características específicas desta modalidade esportiva, e não das especificidades reservadas à grupos de pessoas com deficiência, não consegue fazer as adaptações para a utilização de métodos de ensino adequados e assim não potencializa as possibilidades de seu aluno. Por outro lado, dentro das instituições de atendimento, comumente encontram-se professores que têm conhecimento acerca da deficiência, mas não conhecem o bastante a respeito das modalidades esportivas, não podendo assim proporcionar o aprimoramento técnico e tático do aluno dentro de alguma especialidade (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005).

Nesta pesquisa foi possível notar que, contrário aos autores supra citados, os professores que trabalham nas instituições de ensino especializadas possuem tempo de envolvimento com a modalidade, tendo média de 11 anos como professor de Judô.

5.2 Cenário

O cenário pode ser visto de maneira satisfatória, pois devido ao atendimento especializado, os materiais utilizados podem, muitas vezes, ser mais adequados às pessoas

com DV. Como exemplo, cita-se o tatame detalhado pelo professor P1, que possui as extremidades reclinadas, à fim de que os alunos possam estabelecer maior autonomia durante as aulas.

Segundo Almeida et al. (2010), quanto ao cenário é importante, inicialmente, garantir a segurança dos alunos durante os deslocamentos iniciais e incentivar as possibilidades de deslocamento de diferentes maneiras, em vários ritmos e direções.

Bueno (2003, p. 148) corrobora que antes de aprender a movimentar-se por si mesma, é necessário que a pessoa tenha bom conhecimento do espaço (conceitos de posição, localização, direção e distância). As pessoas com DV têm dificuldade em adquirir conceitos de orientação no espaço, necessários para atingir eficiência nos movimentos de locomoção e mobilidade independente.

Ao pensar nos materiais utilizados para as aulas de judô, é interessante usar bolas e outros materiais com dispositivos sonoros (guizos ou dispositivos eletrônicos); ampliar as dimensões e a nitidez de alvos, contornos e demarcações, com diferentes cores, padrões de brilho e contraste (ALMEIDA et al., 2010).

Quanto ao espaço, são importantes as demarcações táteis no solo, introduzir referências sonoras e auditivas no ambiente, manter os equipamentos e materiais sempre organizados no espaço físico, alterar a luminosidade, dentre outros.

No judô, é significativa a utilização de contrastes nas cores no tatame, com cores fortes e que contrastem entre si, a ausência de paredes, quinas e vigas próximas ou no próprio tatame, para facilitar o deslocamento dos alunos com DV.

Ainda, ressalta-se o discurso explicitado pelo professor P1, onde o rebaixamento nas laterais do tatame facilita o deslocamento e a independência dos alunos com DV durante as aulas, e esta talvez seja uma facilidade estabelecida somente das Instituições de Ensino Especializadas, nas quais os espaços são construídos pensados especificamente para pessoas com DV.

5.3 Modalidade

Ao pensar nos aspectos referentes ao Judô, sendo ensinado de forma tradicional (da forma com que a modalidade foi criada e apresentada em 1882), ou da forma não tradicional (buscando novas combinações, técnicas e variações), Gomes et al., 2013, p. 37, explica que “Os professores de judô quase sempre utilizam o método tradicional, largamente baseado no censo comum, e pouca inovação tem acontecido com base em conhecimentos científicos” (GOMES et al., 2013, p. 37).

O discurso dos autores pode ser reproduzido na pesquisa, sendo que dentre os 14 professores, somente 8 relataram buscar formas criativas de inovação frente à prática do Judô. Ao comparar os grupos, notou-se que todos os professores do *grupo A* utilizam-se dos procedimentos tradicionais, mas também buscam novas formas de praticar a modalidade; no *grupo B*, um dos professores relatou que pauta-se apenas no tradicional; já no *grupo C* apenas 3, dentre os 8 participantes descreveram que pautam-se em maneiras não-tradicionais de tratamento estabelecido à modalidade.

Neste ínterim, os professores que trabalham em Instituições de Ensino Especializadas são os que apresentaram discursos mais positivos em relação à buscar novas maneiras, técnicas e variações para que a modalidade possa ser contemplada e praticada de forma mais criativa.

Estudos constatam que na formação dos professores de judô, o que se identifica são concepções de ensino ainda baseadas nos princípios filosóficos teóricos (lealdade, disciplina, humildade, justiça) idealizados por Jigoro Kano, criador do judô. Entretanto, Jigoro Kano teve também a preocupação em mostrar que o judô era uma combinação de luta dentro de um contexto cultural, assim, é considerado um meio interessante de cultura física. (GAMA E SILVA, 1999)

Por isso,

deve-se entender que Jigoro Kano procurou soluções para os problemas existentes em seu país no século passado. O Brasil é um país de cultura diferente e os tempos também são outros, no que diz respeito às ideias e pensamentos. Ao iniciar a prática do judô e falar sobre seus ensinamentos, essas diferenças devem ser sempre levadas em consideração. Como em outras atividades esportivas que têm seus personagens sem adorá-los, o judô deve reconhecer o valor histórico do Jigoro Kano sem mistificá-lo ou dar-lhe cunho de religiosidade. (MESQUITA, 1994, p. 72).

Ruffoni (2004), explica que foi detectada uma incidência da diretividade no ensino da modalidade, sendo que por mais que os profissionais de Educação Física tenham conhecimentos afins e se esforcem para buscar uma metodologia contemporânea mais adequada ao judô, torna-se evidente que os seus hábitos e metodologias são provenientes da tradição milenar desta prática (RUFFONI, 2004)

Porém, não pode-se deixar de lado a importância de manter os princípios da modalidade, de modo que estes regem e direcionam as práticas filosóficas e corporais do Judô. Com essa preocupação, o regulamento para exame e outorga de faixas e graus, divulgado pela CBJ em 2011, descreveu que

Em 2006 iniciou-se no Japão o movimento de conscientização da necessidade de se voltar às origens do Judô, com objetivo de resgatar os valores históricos e culturais como também dos processos pedagógicos de ensino do Judô inseridos no contexto da formação do cidadão íntegro através da sua prática. A FIJ, órgão máximo na gestão do judô mundial, consciente da sua responsabilidade, tem tomado medidas para o resgate da essência do judô e, a mais importante, foi a alteração na regra de competição implantada em 2010 onde a verdadeira técnica característica do judô foi priorizada, em detrimento daquela que vinha sendo adotada em total desacordo com as raízes do nosso esporte (CBJ, 2011, p.2).

A transmissão dos grandes eventos judoísticos apresenta somente a parte concreta da modalidade, que é a luta pela conquista de medalhas tendo por consequência a projeção pessoal e institucional, deixando de mostrar a parte subjetiva, que é o aspecto filosófico, essência do Judô, que tem por objetivo a formação do cidadão. Esse fato está levando o ensino e à prática do Judô à tendências essencialmente competitivas, o que contraria frontalmente a proposta do criador de Judô, Mestre Jigoro Kano (CBJ, 2011, p.2).

Assim, reporta-se aos discursos apresentados, de modo que é importante a manutenção dos princípios que direcionam o Judô desde a sua criação; porém, deve-se lembrar que as práticas devem ser estruturadas pautando-se também na cultura, nos costumes e nas condições de trabalho existentes.

5.4 Participantes

O caráter pedagógico da organização do judô facilita o seu aprendizado e como boa alternativa atende à questões quanto a atividades que propiciam a auto disciplina, o reconhecimento e à formação corporal, qualidades inseridas no que se refere a formação e ao desenvolvimento humano (RUFFONI, 2004, p. 99)

Mas, as pessoas com DV tem necessidade de adaptações e conhecimento pedagógico específico. Para tanto, existe a necessidade de utilização de linguagem acessível, ajuda-lo na construção do referencial espacial, entender os elementos limitadores da aprendizagem e usar uma proposta pedagógica adequada.

Por isso, para melhor compreender os dados coletados referentes aos participantes, e conseqüentemente, aos métodos de ensino relatados pelos professores, reporta-se ao quadro 1 – mecanismos de informação apresentado anteriormente.

Sobre estes, 11 professores afirmaram que inicialmente tentam ensinar de forma verbal, sendo que posteriormente, usam o tato para sanar as dúvidas que ainda permaneceram. Ainda, três professores utilizam-se somente do tato para o ensino. A forma proprioceptiva não foi citada por nenhum dos professores.

Segundo Cobo, Rodriguez e Bueno (2003), é importante a utilização dos estímulos auditivos como meio primário para a aprendizagem, para o desenvolvimento de habilidades eficientes para escutar e a relação com a linguagem como instrumento para o pensamento.

O processo de aprendizado deve ser direcionado por meios ricos em estímulos, que propiciem o desenvolvimento dos estágios e níveis de aprendizagem, diminuindo a lacuna no desenvolvimento motor causada pela baixa estimulação da visão (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005).

Dos 14 participantes da pesquisa, 7 apresentaram em seus discursos preocupações referentes à conhecer os seus alunos, o nível de desenvolvimento que se encontram, bem como as suas percepções sobre as melhores maneiras de aprender.

Cobo, Rodriguez e Bueno (2003), confirmam a importância de conhecer as características dos alunos (história individual, resultados de diferentes testes, observações,

entrevistas), pois, sabendo-se das vivências já experienciadas será possível adequar e utilizar mecanismos de informações adequados.

Neste momento de conhecer o aluno com DV, Almeida et al. (2010) recomendam que seja identificada a causa da deficiência visual, o tempo decorrido desde a perda visual, o estado geral de saúde, e por último e não menos importante, o repertório motor, de modo que por meio das oportunidades de vivências motoras anteriores a pessoa com DV apresentará diferentes patamares de habilidades físicas.

Quanto aos mecanismos de informação, averiguados por meio da pesquisa, Almeida et al. (2010), ressaltam que a utilização dos mesmos para com as pessoas com DV devem ser adequados aos níveis de complexidade que a tarefa exige.

Ao pensar nos grupos B e C, nos quais as práticas acontecem de forma inclusiva, Oliveira Filho e Almeida destacam que incluir o indivíduo com DV implica inseri-lo em um ambiente que esteja preparado para aceita-lo, pronto para as mudanças e que possibilite essas alterações para facilitar a participação da pessoa com DV. Dentre os participantes, 3 professores relataram que pautam-se na utilização de colegas tutores, de modo a facilitar o aprendizado por parte do aluno com DV por meio da ajuda dos próprios colegas de turma.

Ao submeter a pessoa com deficiência à intervenções de forma inclusiva, deve-se levar em consideração que as pessoas com DV desenvolvem algumas habilidades motoras na mesma idade que as videntes, porém, as tarefas voltadas as posturas e movimentos geralmente ocorrem de forma atrasada (COBO, RODRIGUEZ e BUENO, 2003). Assim, ressaltando que as posturas e movimentações são características do Judô, o ensino das mesmas deve ser pautado com maior atenção, para que não prejudique a aprendizagem dos demais fundamentos da modalidade.

Pedrinelli e Nabeiro (2012), enfatizam que muitas vezes a maior parte das dificuldades encontradas durante as aulas podem ser substituídas por um auxiliar. Porém, sabe-se que muitas vezes a contratação de mais um professor não é possível, então, é interessante recorrer a tutoria durante as aulas, ou seja, preparar outra pessoa praticante da modalidade para ajudar o colega com deficiência, fornecendo para a pessoa com DV um maior número de informações e *feed back*.

Dentre os participantes, 2 professores enfatizaram que o ensino para pessoas com DV e sem DV acontece da mesma maneira, não havendo diferenças frente aos métodos e estratégias de ensino a serem utilizados.

Sobre isso, Oliveira Filho e Almeida (2005, p. 94), explicam que a intervenção junto às pessoas com deficiência que busque o princípio de concepções igualitárias e ideais do ser humano leva à uma adaptação “tentando adequar o inadequado”, já que cada pessoa é diferente e única. Assim, trata-las com método de ensino esportivo destinado às pessoas sem deficiência é buscar uma pseudo igualdade, utilizando princípios que são construídos a partir da lógica da exclusão.

Assim, as variáveis que cercam o processo de ensino mostram a necessidade de intervenção específicas por pessoas capacitadas. É preciso profissionais que que entendam não somente das características do esporte, mas também de como adaptar e dar condições para o aprendizado do sujeito com limitações visuais (OLIVEIRA FILHO ALMEIDA, 2005).

Dentro de um grupo, a diferença tem de ser respeitada. Não temos em um grupo duas pessoas iguais, nem com as mesmas limitações e potencialidades. O bom educador terá de interagir da melhor maneira dentro das diferenças, entendendo que o princípio da desigualdade implica tratar cada pessoa de uma maneira diferente. Tratar duas pessoas de maneira igual é desrespeitar as suas características. Não podemos ensiná-las e nem premiá-las da mesma forma (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005, p. 100).

Por fim, é importante propiciar um ambiente ideal para que o aluno encontre o esporte e nele possa desenvolver todas as suas potencialidades, utilizando-a como um meio para o aprendizado, independentemente de este se apresentar voltado para o alto rendimento, para o lazer, para a reabilitação ou para a educação (OLIVEIRA FILHO e ALMEIDA, 2005, p. 107)

6 CONCLUSÃO

Tendo em vista os objetivos pautados para o presente estudo, verificou-se que os professores são qualificados academicamente para a função de professor de judô, o que é visto de forma satisfatória, tendo em vista que a graduação em Educação Física é fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano.

Em relação à modalidade, percebeu-se que os professores buscam, pesquisam e tentam estar sempre atualizados que as regras e fundamentos a serem utilizados. Porém, uma pequena parcela dos professores, apesar de estarem no século XXI, ou seja, 132 anos após a criação e sistematização da modalidade, ainda temem a utilização de novas técnicas, fundamentos e recursos para a aprendizagem do Judô, mesmo com a manutenção dos princípios que regem o esporte.

Apesar disso, alguns discursos demonstram de forma satisfatória o quanto os professores buscam qualificação e preparo para ministrar suas aulas de judô, deixando evidente que tentam adequar-se às condições e peculiaridades de cada aluno em relação à captação de informações.

A metade dos professores participantes do estudo não apresentou em seu discurso nenhuma preocupação referente a conhecer os seus alunos e buscar a melhor forma de ensino da modalidade, tendo em vista que apesar de todos apresentarem a deficiência visual, cada um teve vivências motoras e cognitivas diferentes, e portanto, aprende e se desenvolve de maneira bastante particular.

A outra metade ressaltou buscar conhecer e compreender as dificuldades, limitações e potencialidades que seus alunos apresentam, e a partir de então, propõem as suas aulas. Compreende-se que está seja a maneira mais adequada de buscar práticas pedagógicas para o ensino do judô para pessoas com deficiência visual.

Notou-se também, que alguns poucos professores utilizam de métodos de ensino que facilitam o trabalho docente, mas esquecem da importância da estimulação verbal e das demais formas de percepção das informações que seus alunos podem se pautar,

o que se utilizado poderá auxiliar no processo de desenvolvimento motor, cognitivo, intelectual e social das pessoas com deficiência visual.

Os professores pautam-se nos métodos verbais e táteis para o ensino do Judô para os seus alunos com deficiência visual. Mas, vários participantes da pesquisa relataram ensinar somente pelo tato, o que em muitos momentos não faz com que a pessoa com deficiência visual desenvolva-se de forma cognitiva e intelectual por completo, ficando uma lacuna no que se refere a compreensão e interpretação verbal das informações, em consequência da falta de estimulação.

Conclui-se, por fim, o quanto é importante a avaliação constante das próprias práticas pedagógicas, bem como de permanecer sempre atualizado frente as novas regras, estudos e as características de cada aluno.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos resultados encontrados, enfatiza-se que o estudo apresenta limitações no que tange à amostra, sendo esta composta apenas por professores que participaram da referida competição, focando-se então, somente em atletas que tenham interesse competitivo. Outra limitação é a distribuição geográfica dos professores, que localizam-se de forma muito ampla no Brasil.

Por isso, sugere-se a realização de novas pesquisas que objetivem verificar o processo de ensino do judô, tendo como amostra populações mais homogêneas, ou seja, pesquisas que delimitem a idade, o grau de deficiência visual que os praticantes da modalidade apresentam.

Ainda, podem ser realizadas outras pesquisas com o mesmo objetivo, mas que pautem-se em formas de coleta de dados diferentes, sugerindo-se a utilização de roteiros de observação e/ou com a intervenção dos próprios pesquisadores.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir de forma a auxiliar professores de judô que visem o ensino à pessoas com deficiência visual, além de estimular a realização de mais pesquisas com a mesma temática.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. J. G; MIRANDA, T. J.; MUNSTER, M. A.; DUARTE, E. Educação Física e Esportes Adaptados à Pessoas com Deficiência Visual. In: SAMPAIO, M. W.; HADDAD, M. A. O.; COSTA FILHO, H. A.; SAIULYS, M. P. C. In: **Baixa Visão e Cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão**. Rio de Janeiro: Cultura Médica : Guanabara Koogan, 2010. 497-509

ALMEIDA, J. J. G; OLIVEIRA FILHO, C. W. A iniciação e o acompanhamento do atleta deficiente visual. In: **Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Temas em Educação Física Adaptada, SOBAMA, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2011.

BRANCATTI, P. R. Atividade Motora Adaptada para pessoas deficientes visuais. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. **O. Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial III**. Londrina: UEL, 2001.

BUENO, S. T. Motricidade e Deficiência Visual. In: MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos**. São Paulo: Santos, 2003. p. 145-154.

CAZÉ, C. M. J. O.; OLIVEIRA, A. S.. Dança além da visão: possibilidades do corpo cego. **Pensar a Prática**, Vol. 11, n. 3, 2008.

CERQUEIRA, D.; GOMES, M.S.P.; ALMEIDA, J.J.G. Judô. In: WINCKLER, C. (orgs). **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. 161-168.

CHOU, H. Y. M. Avaliação Funcional da visão do escolar com baixa visão. In: SAMPAIO, M. W.; HADDAD, M. A. O.; COSTA FILHO, H. A.; SAIULYS, M. P. C. In: **Baixa Visão e Cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão**. Rio de Janeiro: Cultura Médica : Guanabara Koogan, 2010. 327-345.

COBO, A. D.; RODRIGUEZ, M. G.; BUENO, S. T. Desenvolvimento cognitivo e deficiência visual. In: MARTIN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo: Santos, 2003. p. 128-144.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO - COB. **Esportes**: Judô. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/esportes/esporte.asp?id=18>>. acesso em: 26/03/2013.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO - CPB. **Modalidades**: Judô. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/modalidades/judo/>. Acesso em: 26 abr. 2013.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. **Judô**. Disponível em: <http://cbdv.org.br/pagina/judo>. Acesso em 15/10/2013.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ - CBJ. **Regulamento para exame e outorga de faixas e graus.** 2011. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B1JDeQMYqKmrY2Q2Njg4YWEtMTgzOC00MDFiLWFmYWUtMDhjNGI0MjJmNzZk/edit?hl=pt_BR, acesso em 20/07/2014.

_____. **Normas Gerais para Eventos Nacionais 2013.** Disponível em: [http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/documentos_oficiais/113458250213normas-gerais_eventos-nacionais_2013\(1\).pdf](http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/documentos_oficiais/113458250213normas-gerais_eventos-nacionais_2013(1).pdf). Acesso em 20/07/2014.

CONFEF – **Conselho Federal de Educação Física** – Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471>, acesso em 08/06/2014.

CRAFT, D. H.; LIEBERMAN, L. Deficiência visual e surdez. In: WINNICK, J. P. **Educação física e esportes adaptados.** Barueri: Manole, 2004. p. 181-206.

DRIGO, A. J.; SOUZA NETO, S. CESANA, J.; GOMES TOJAL, J. B. A. Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro. **Motricidade.** v.7, n.4, out. 2011

FREIRE, P. **O jogo: entre o riso e o choro.** Campinas: autores associados, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Futebol.** Campinas: autores associados, 2003.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor** – bebês, crianças adolescentes e adultos. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013

GAMA E SILVA, Marco Aurélio da. **As Perspectivas do Imaginário Social das Crianças e Jovens Praticantes de Judô na cidade do Rio de Janeiro.** 1999, 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GOMES, M. S. P. **Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas: contextos e possibilidades.** 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOMES, F. R. F; COUTINHO, F. C. M.; SUZUKI, F. S.; MASSA, M. Influência da formação em Educação Física em professores de Judô. **Science in Health**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 36-44, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/45824>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência,** 2010. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-caracteristicas-da-populac-o-e-dos-domicilios-resultados-do-universo.html>. Acesso em 15/03/2013.

INTERNACIONAL BLIND SPORTS FEDERATION - IBSA. **Classification Rules and Procedures**. Disponível em <http://www.ibsasport.org/classification/>. Acesso em 22/10/2013.

_____. **Judo**. Disponível em: <http://www.ibsasport.org/sports/judo/general-documents/>. Acesso em 12/05/2014.

KANO, J. **Energia Mental e Física: Escritos do Fundador do Judô**. Pensamento, São Paulo, 2005.

_____. **Judô Kodokan**, traduzido por Wagner Bull-São Paulo: Cultrix, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIEBERMAN, L. J. **Deafness and deafblindness**. In: WINNICK, J. P. (Ed.). *Adapted physical education an sport*. 4th ed. New York: State University of New York, College at Brackport: Human Kinetics, 2002. p. 220-234

MACHADO, A. **Neuroanatomia funcional**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2 ed, 2011.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análises e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MESQUITA, C. W. **Identificação de incidências autoritárias existentes na prática do judô e utilizadas pelo professor**. Dissertação de mestrado. UFRJ. RJ. 1994.

MIARKA, B.; INTERDONATO, G. C.; GREGUOL, M.; FRANCHINI, E. **Paraolimpismo, judô adaptado e suas precondições de Convivência**. In: Revista Hórus – Volume 5, número 1 – Jan-Mar, 2011.

MIKOSKI, P. A. In: VIRGÍLIO, S, (Org.) **Personagens e Histórias do Judô Brasileiro**. Campinas: Editora Átomo, 2002.

MUNSTER, M. A. V.; ALMEIDA, J. J. G. Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio. In: RODRIGUES, D. **Atividade Motora Adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006. 81-91

OLIVEIRA FILHO, C. W.; ALMEIDA, J. J. G. **Pedagogia do Esporte**: um enfoque para pessoas com deficiência visual. In: PAES, R. R.; BALBINO H. F. **Pedagogia do Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 91-110

_____. Avaliação de pessoas com deficiência visual nas aulas de Educação Física. In: **Educação Física Adaptada** – o passo a passo da avaliação. 2ª ed (amp. e rev.). São Paulo: Phorte, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Programa para prevenção da cegueira: o atendimento de crianças com baixa visão.** Relatório Bangkok, 2002.

PEDRINELLI, V.J.; NABEIRO, M. A prática do esporte pela pessoa com deficiência na perspectiva da inclusão. In: WINCKLER, C. (orgs). **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012. 21-25.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz – Revista de Educação Física,** Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 600-10, 2009.

_____. Pedagogia do Esporte: conceito e cenário contemporâneo. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (org.) **Pedagogia do Esporte:** aspectos conceituais da competições e estudos aplicados. São Paulo: Phorte, 2014. 17-40.

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de atividades motoras. In: RODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada:** a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 39-47.

RUFFONI, R. **Análise metodológica na prática do Judô.** 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Motricidade Humana) – Pós Graduação em Motricidade Humana, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro.

SILVA, A.; VITAL, R.; MELLO, M.T. Deficiência, incapacidades e limitações que influenciam na prática do esporte paralímpico. In: WINCKLER, C. (orgs). **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012. 20-61.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** .6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIRGILIO, S. **A arte do judô.** 2.ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

APÊNDICES

Apêndice I – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

“O processo de ensino do judô para pessoas com deficiência visual”

Objetivo da pesquisa: Verificar as práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem do judô em pessoas com deficiência visual

Procedimentos da Pesquisa: Caso você aceite participar da pesquisa, você responderá à um roteiro de entrevista, em local e momentos previamente agendados, a partir de sua disponibilidade.

Riscos e benefícios de participação: Não estão previstos riscos para os participantes da pesquisa. Você não terá nenhum benefício com sua participação, mas a partir dos resultados encontrados, poderá fomentar suas práticas docentes junto à pessoas com deficiência visual.

Esclarecimentos: A participação nesta pesquisa é voluntária. Você não é obrigado a aceitar e pode se recusar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer problema. Em qualquer momento, você poderá pedir mais informações ou esclarecimentos sobre a pesquisa e sua participação. Para informações você pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou reclamações sobre os aspectos éticos você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, telefone (19) 3521-8936 ou pelo e-mail cep@fcm.unicamp.br.

Confidencialidade: A sua identidade e de todos os voluntários será mantida em sigilo, tanto pelo pesquisador como pela instituição onde será realizada a pesquisa. Os resultados do estudo poderão ser divulgados em palestras, cursos, conferências, periódicos científicos ou outra forma de divulgação que possa transmitir os conhecimentos para a sociedade e profissionais da área, sempre sem nenhuma identificação dos participantes.

Consentimento Pós-informação:

Após ler e compreender as informações acima, eu _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, esclarecido sobre todos os aspectos da pesquisa, de livre vontade dou meu consentimento para minha inclusão como sujeito da pesquisa.

Assim assino este documento de autorização e recebo uma cópia do mesmo.

Assinatura do Participante Voluntário

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador

Data: ____/____/____

Gabriela Simone Harnisch

Tel: (19) 9 8302-1015 - Laboratório de Atividade Motora Adaptada: (19) 3521-6755

E-mail: agaby_@hotmail.com

Apêndice II – Carta de apresentação para CBDV

APRESENTAÇÃO

Como forma de coleta de dados, apresenta-se o projeto de pesquisa “o processo de ensino e aprendizagem do judô para pessoas com deficiência visual”, que se trata da dissertação de mestrado da aluna Gabriela Simone Harnisch, sob orientação do Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida, do Programa de Pós Graduação em Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

No presente estudo, verificar-se-á quais as práticas pedagógicas utilizadas por professores de judô para o ensino de alunos com deficiência visual.

Para tanto, será utilizado como instrumento de coleta de dados, um roteiro de entrevista semi estruturado, aplicado pelos pesquisadores aos professores de judô presentes na primeira etapa do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, que será realizado no Ginásio de Esportes Noêmia Assumpção, na cidade de Santo André – SP, no dia 19 de abril de 2014.

Ressalta-se que, a participação é voluntária, não havendo obrigatoriedade na participação, sendo que identidade dos voluntários será mantida em sigilo para todos os fins, de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e suas complementares (Resolução 196/196 do Conselho Nacional de Saúde), com aprovação do Comitê de Ética em pesquisa, sob CAAE número 24535513.0.0000.5404. O coordenador da modalidade, Prof. Jaime Bragança, possui conhecimento da pesquisa, bem como consentiu com a realização da coleta de dados na referida competição.

Esta pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento do ensino do judô por meio das experiências de seus técnicos e estudos da área, buscando fomentar as práticas que envolvem o judô junto às pessoas com deficiência visual.

O conhecimento e entendimento do ensino do Judô, nas suas variadas formas de manifestação, ou seja, da iniciação ao treinamento de atletas, poderão preencher lacunas referentes à qualificação tanto da base quanto do alto rendimento, propiciando conexões e contribuições ao Judô de forma ampla.

Gabriela Simone Harnisch
Pesquisadora

José Júlio Gavião de Almeida
Orientador



Este questionário trata-se do instrumento para coleta de dados referente à dissertação de mestrado da aluna Gabriela Simone Hamisch, sob orientação do Prof. Dr. José Julio Gavião de Almeida, do Programa de Pós Graduação em Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

No presente estudo, tem-se a intenção de verificar quais as práticas pedagógicas utilizadas por professores de judô para o ensino a alunos com deficiência visual. Este roteiro de entrevista tem por sua vez, a função de esclarecer os objetivos expostos no trabalho.

Esta pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento do ensino do judô por meio das experiências de seus técnicos e estudos da área.

1 Identificação Pessoal

1.1 Gênero:

- Masculino
 Feminino

1.2 Idade: ____ anos.

1.3 Tempo de experiência com o Judô:

Como praticante: _____
Como professor: _____

1.4 Cidade e estado em que trabalha com o judô: _____

1.5 Formação Acadêmica:

- Graduação em Educação Física
 Outra. Qual: _____

Esta segunda parte do questionário visa identificar as práticas pedagógicas utilizadas para o ensino do judô de forma geral, e para pessoas com deficiência visual somente quando especificado. Subdivide-se em relação ao cenário, à modalidade, aos personagens e ao significado/objetivo.

2 Em relação ao cenário (materiais, espaços), utilizados para a realização das suas aulas, quais você utiliza? Vale explicar que o cenário tradicional é aquele que a maioria dos professores se utiliza, como tatame, kumono, faixa; e o cenário que não é tradicional pode ser exemplificado por aulas em outros espaços, como areia, quadra, e materiais como cordas, bolas, dentre outros.

- Tradicional: _____
 Outros: _____

3 Em relação à modalidade (judô), você se utiliza de técnicas e fundamentos tradicionais ou busca novas técnicas? Explique-se que os tradicionais são os que foram criados no Japão, por Jigoro Kano, ou você busca novas técnicas, fundamentos e formas de melhorar o desempenho dos atletas?

- Tradicional: _____
 Não Tradicionais: _____

4 Em relação aos personagens (alunos), considerando primeiramente os objetivos dos alunos que não são atletas, ou seja, buscam o judô como forma de lazer, reabilitação e promoção à saúde, e posteriormente, para aqueles que são atletas; como você realiza o ensino, ou seja, quais são os métodos e estratégias de ensino que você se utiliza, pensando nos personagens.

4.1 Não atleta

Com deficiência → Homem: _____ ;
 Mulher: _____ ;

Sem deficiência → Homem: _____ ;
 Mulher: _____ ;

4.2 Atleta

Com deficiência → Homem: _____ ;
 Mulher: _____ ;

Sem deficiência → Homem: _____ ;
 Mulher: _____ ;

4.3 Que outras observações você gostaria de apontar no que tange o processo de ensino à pessoas com deficiência visual?

Obrigada
 Atenciosamente
 Mda. Gabriela Simone Hamisch
 Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida

ANEXOS

Anexo I – Parecer cosubstanciado do CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS - UNICAMP
(CAMPUS CAMPINAS)



PARECER COSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO JUDÔ PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Pesquisador: Gabriela Simone Hamisch

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24535513.0.0000.5404

Instituição Proponente: Faculdade de Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 475.247

Data da Relatoria: 25/11/2013

Apresentação do Projeto:

O Judô envolvendo pessoas com deficiência visual é uma modalidade paralímpica que envolve poucas adaptações em relação às regras, apenas aplicam-se algumas para garantir a prática de forma segura aos praticantes. Porém, encontram-se algumas diferenças em relação ao Judô convencional no que tange o processo de ensino e aprendizagem, e neste sentido, o objetivo do presente estudo é de verificar as práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem do Judô a pessoas com deficiência visual. Para tanto, pautar-se-á em um survey, tendo como instrumento para coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturado elaborado, testado e aplicado pelos pesquisadores. A amostra será composta por professores e/ou técnicos dos atletas que compõem a Seleção Brasileira Paralímpica de Judô. Espera-se, com o presente estudo, subsidiar as práticas pedagógicas de professores que almejam ensinar o Judô à pessoas com deficiência visual.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo:

Verificar as práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem do Judô em pessoas com deficiência visual.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 128
Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8038 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br

Continuação do Parecer: 475267

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Constrangimento em querer passar informação em relação ao aluno com deficiência visual.

Benefícios:

Aumento na produção científica da área, a fim de auxiliar em futuras práticas envolvendo pessoas com deficiência visual.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante, que contribuirá para ampliar o conhecimento sobre as práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem do judô em pessoas com deficiência visual. O projeto está bem descrito, metodologia adequada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados o projeto original, o formulário gerado pela Plataforma Brasil, Folha de Rosto devidamente assinada e o TCLE que estão condizentes com as premissas da Resolução 466-2012, CNS/MS. Cronograma adequado.

Recomendações:

—

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado sem restrições.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Colegiado manteve o parecer do relator, em 26-11-2013.

Ao pesquisador cabe desenvolver o projeto conforme delineado, elaborar e apresentar os relatórios parcial e final, bem como encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto (Resolução 466/2012 CNS/MS).

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS - UNICAMP
(CAMPUS CAMPINAS)



Continuação do Protocolo: 475.247

CAMPINAS, 02 de Dezembro de 2013

Assinado por:
Fátima Aparecida Bottcher Lulz
(Coordenador)

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3521-5036 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br